

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Pix exclui chaves irregulares	3
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL BC usa dados da Receita para coibir fraude no Pix	6
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Tese da tributação de lucros no exterior pode custar R\$ 142 bi à União	8
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO A farra fiscal solapa a democracia (Artigo)	11
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS SERVIDOR PÚBLICO ANPD deve avançar com regulação de IA antes do marco legal, diz presidente	13
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA A descentralização fiscal silenciosa	15
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA STJ julgará exclusão do ICMS, PIS e Cofins do cálculo do IPI	17
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Reforma tributária e produção de hidrogênio - OPINIÃO JURÍDICA	19
FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA A reindustrialização do Brasil passa pelo Imposto Seletivo na exportação de bens minerais	21
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Governo zera imposto para baratear alimentos	23
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Dolarização avança na Argentina com novos meios de pagamento - MERCADO S/A	25
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Alckmin diz que pedirá aos Estados para zerar ICMS sobre cesta básica	27
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Mulheres administram R\$ 82,6 bi do orçamento de cinco capitais do país	28
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SAQUE ANIVERSÁRIO FGTS liberado poderá ser usado para abater dívidas	30
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS SAQUE ANIVERSÁRIO	

PIB avança 3,4% em 2024: por que Brasil deve crescer menos este ano, em meio à incerteza Trump 31

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Controle de gastos públicos deixou de ser pauta impopular (Artigo).....36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Contra inflação, governo zera alíquota para importar alimentos..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economistas avaliam que medidas não irão derrubar os preços 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O contra-ataque à inflação da comida - CELSO MING..... 39

Pix exclui chaves irregulares

RAFAELA GONÇALVES

Para pegar fraudadores, o Banco Central (BC) cancelou chaves Pix criadas a partir de CPFs ou CNPJs inexistentes. Foram excluídos do sistema, oito milhões de chaves que usavam CPF com situação cadastral "suspensa", "cancelada", "titular falecido" ou "nula".

No caso dos CNPJs, a medida afeta aqueles com situação cadastral "suspensa", "inapta", "baixada" ou "nula".

A norma não tem relação com endividamento ou falta de pagamento de **impostos** por parte dos contribuintes, esclareceu, ontem, o chefe-adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do Banco Central, Breno Lobo.

De acordo com o técnico, as novas medidas pretendem impedir que golpistas mantenham chaves Pix com nomes diferentes daqueles armazenados nas bases da **Receita Federal**. "Não é uma medida para a gente limitar o uso do Pix pelas pessoas. Então, não tem nada a ver com a situação fiscal da pessoa. Se a pessoa está pagando imposto ou não está pagando imposto, não tem nada a ver com o uso do Pix", afirmou em coletiva de imprensa, reforçando que a medida visa exclusivamente combater a fraude.

A principal preocupação é quando a pessoa usa uma chave Pix com o nome diferente do cadastrado na Receita para facilitar um golpe. Fraudadores exploram CPFs e CNPJs irregulares para criar contas laranjas e movimentar dinheiro de forma ilícita, dificultando o rastreamento das transações. Esses golpes são praticados mediante o uso de documentos falsos para cadastro de chaves Pix e apropriação indevida de chaves vinculadas, em especial contas de e-mails e chaves aleatórias - sequência numérica que não identifica os dados do usuários.

Mas Lobo disse, também, que há muitos casos, em que o motivador das suspensões mapeadas são erros de grafia e desconformidade do nome vinculado ao CPF. "Por exemplo, tem um Sousa, às vezes é com Z e na base da Receita é com S. No cadastro do banco ficou com Z", citou.

"O que a gente não quer é que pessoas mortas usem o Pix. Pessoas que cometeram fraudes na inscrição do CPF e pessoas com algum problema cadastral e não com problema fiscal na base de CPF, de CNPJ, que

isso vale para a empresa também, na **Receita Federal**, continuam usando o Pix.

Então, é uma medida bem focada no combate à fraude. Não tem absolutamente nada a ver com restringir o uso do Pix pelas pessoas", explicou Lobo.

Multas

As chaves só deverão ser excluídas quando houver evidência de fraude. Há duas situações em que a chave Pix poderá ser usada: quando o cadastro não tem pendência, ou pendente de regularização. Os bancos terão um prazo de cerca de 30 dias para iniciar as adequações e o BC poderá aplicar multas de até R\$ 50 mil a instituições que não cumprirem as normas.

De acordo com Thiago Amaral, sócio do Barcellos Tucunduva Advogados nas áreas de Meios de Pagamento e Fintechs e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP) e do Insper, a exigência de que os nomes vinculados às chaves Pix estejam em conformidade com os registros do CPF e CNPJ na **Receita Federal** "evita o uso indevido de dados por terceiros, dificultando a criação de contas fraudulentas e aumentando a confiabilidade das transações".

"A inconformidade do CPF ou CNPJ que pode restringir o uso do Pix está relacionada a pendências cadastrais na **Receita Federal**, mas não diretamente à falta de pagamento de **tributos**", destacou.

O especialista ressalta que, para quem tem CPF ou CNPJ regular, não haverá mudanças.

"No entanto, usuários com pendências na **Receita Federal** poderão perder suas chaves Pix e precisarão regularizar a situação.

Além disso, haverá maior controle sobre transações suspeitas, com restrições para contas envolvidas em atividades fraudulentas.

Para evitar problemas, é essencial manter o CPF ou CNPJ regularizado", disse.

"No caso das pessoas físicas, o CPF pode ser considerado irregular se houver omissão na entrega da declaração de Imposto de Renda quando obrigatória ou inconsistências cadastrais. Já para empresas, o CNPJ pode ser classificado como inapto caso a empresa não entregue obrigações fiscais por dois anos consecutivos ou tenha irregularidades

cadastrais", explicou o advogado.

A verificação de conformidade deverá ser efetuada sempre que houver uma operação envolvendo uma chave Pix, como um registro, uma alteração de informações, uma portabilidade ou uma reivindicação de posse. "Tratase de mais um avanço no combate a fraudes, uma das maiores preocupações das instituições de pagamento", avaliou Vanderson Aquino, CEO do Mênore Bank.

Chaves aleatórias

O BC proibiu também a alteração de informações vinculadas a chaves aleatórias e a reivindicação de posse de chaves do tipo e-mail. Pessoas e empresas que usam chaves aleatórias e que queiram alterar alguma informação vinculada a essa chave não poderão mais fazê-lo. A partir de agora, deve-se excluir a chave aleatória e criar outra chave aleatória, com as novas informações.

Pessoas e empresas que queiram reivindicar a posse de um e-mail também não poderão mais fazê-lo. Chaves do tipo e-mail não poderão mais mudar de dono. Apenas chaves do tipo celular continuam a ter acesso a essa funcionalidade, para permitir que números de celular pré-pago, que podem mudar de dono, também possam mudar de dono quando registradas como chave Pix.

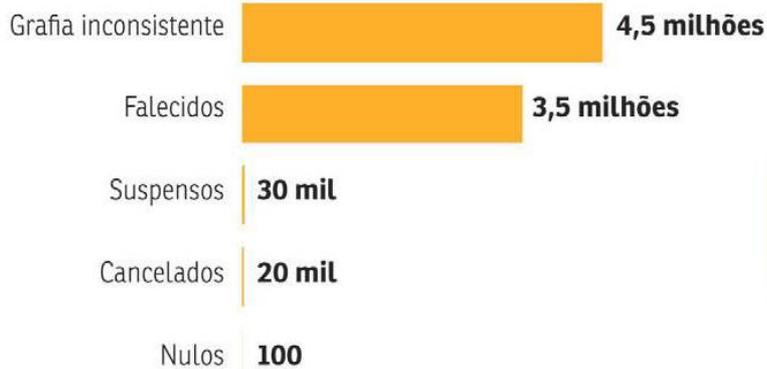
Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7072/07-03-2025.html?all=1>

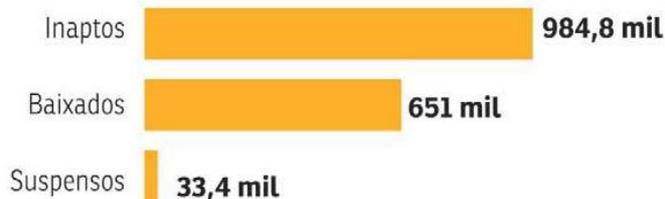
Perfil

Confira o perfil dos usuários com situação cadastral irregular

Segundo o BC, 1% dos CPFs, aproximadamente 8 milhões, apresentam estes problemas:



Situação cadastral das chaves de pessoas jurídicas:



OUTRAS MUDANÇAS

- Chaves do tipo e-mail não poderão mais mudar de dono;
- Chaves aleatórias não poderão ser alteradas; neste caso, deve-se excluir e criar outra.

Fonte: BC.



BC usa dados da Receita para coibir fraude no Pix

Álvaro Campos e Gabriel Shinohara De São Paulo e Brasília (Colaborou Lu Aiko Otta)

O Banco Central (BC) fez alterações no regulamento do Pix para aprimorar a segurança do meio de pagamento instantâneo. As instituições financeiras e de pagamento deverão excluir chaves Pix de pessoas e empresas que não estejam com situação regular na **Receita Federal**. As mudanças levaram a críticas nas redes sociais e motivaram "fake news" que sustentavam, equivocadamente, que pessoas ou empresas que estariam devendo **impostos** não poderiam mais receber Pix. Entretanto, especialistas e entidades setoriais aprovaram as alterações.

O BC esclareceu que a inconformidade de CPFs e CNPJs que restringirá o uso do Pix não tem relação com o pagamento de **tributos**, mas apenas com a identificação cadastral do titular do registro na Receita. Assim, CPFs que tenham situação cadastral "suspensa", "cancelada", "titular falecido" e "nula" não poderão ter chaves Pix registradas na base da autoridade monetária. A mesma regra vale para CNPJs que estejam em situação cadastral "suspensa", "inapta", "baixada" e "nula".

Segundo o Banco Central, com essas novidades, os golpistas terão mais dificuldade de manter chaves Pix com nomes diferentes daqueles registrados nas bases da Receita.

"Para garantir que os participantes do Pix cumpram as novas regras, o BC irá monitorar periodicamente a conduta dos participantes, podendo aplicar penalidades para aquelas instituições que apresentem falhas nesse processo", disse a autoridade em nota.

O BC também informou que vai atuar ativamente para detectar chaves Pix com nomes diferentes dos registrados na Receita "para garantir que os participantes excluam ou ajustem essas chaves".

O chefe-adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do BC, Breno Santana Lobo, explicou que no caso de CPF "pendente de regularização" na base da Receita o Pix seguirá funcionando normalmente.

"A medida é para combater fraude, não para limitar uso do Pix pelas pessoas. Não tem nada a ver com

situação fiscal, se pessoa está pagando imposto ou não", esclareceu.

"O que a gente não quer é morto fazendo Pix, é uma medida específica, operacional, que não tem efeito sobre usuários finais." Segundo ele, há muitos casos de divergência entre as bases dos bancos e a da Receita, mas uma grande parte se deve à grafia de nomes, como "Souza" ou "Sousa".

De acordo com o diretor, daqui a cerca de um mês o BC vai voltar a verificar as bases dos bancos para analisar se esses problemas de grafia foram resolvidos. "Só será excluída a chave Pix que estiver sendo usada para cometer fraude." O diretor do BC explicou que as punições para os bancos que não cumprirem as regras variam, mas partem de uma multa com valor base a partir de R\$ 50 mil.

Lobo afirmou que, das quase 800 milhões de chaves Pix de pessoas físicas cadastradas, 99% estão com a situação regular quando se compara com a base de dados da Receita. Ou seja, 1% - quase 8 milhões de chaves - têm algum problema. Desses 8 milhões, cerca de 4,5 milhões são casos de grafia inconsistente, 3,5 milhões de falecidos, 30 mil de CPFs suspensos, 20 mil de cancelados e 1 mil de nulos.

Já dos 40 milhões de chaves pessoa jurídica, 95% estão regulares.

Ou seja, quase 2 milhões têm problemas. São 984,9 mil com CNPJ considerado inapto, 651,0 mil com número baixado e 33,4 mil suspensos.

Com 796,216 milhões de chaves PF (os quase 800 milhões que Lobo cita), e uma população de 212,5 milhões, o Brasil tem quase 3,7 chaves para cada pessoa, número que subiria ainda mais se considerada só a população em idade economicamente ativa. "É um número muito grande de chaves e todo mês aumenta, até por isso estamos fazendo essa limpeza no estoque de chaves", disse o diretor.

Para a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), são positivas e necessárias todas as ações regulatórias que visam aumentar a segurança e o conforto dos clientes no uso do Pix. "São medidas que

ampliam a segurança no Pix para evitar fraudes, sanear a base de dados existentes, com a exclusão de informações defasadas, e padronizar procedimentos." Filipe Pena, diretor executivo da Associação Nacional de Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), também defendeu a medida. "A norma não traz nenhum ônus para os clientes, PF ou PJ, mas traz um ganho gigantesco para o ecossistema do Pix." O BC também proibiu que as pessoas alterem informações de chaves Pix aleatórias. Se a pessoa ou empresa quiser alterar alguma informação, ela deverá excluir e criar uma nova chave aleatória.

Outra mudança foi a proibição da reivindicação de posse de uma chave Pix do tipo e-mail.

Antes, era possível reivindicar a posse de uma chave Pix, como o e-mail que estava registrado por outra pessoa, e agora isso não será mais possível. Para Pena, da Acrefi, essa medida dificulta a vida dos fraudadores. "Impede que um terceiro de má-fé reivindique essa posse. E caso algum fraudador esteja usando nome de falecidos, impede que eles transacionem utilizando esses dados." A funcionalidade de reivindicação estará disponível apenas para chaves Pix de celular "para permitir que números de celular pré-pago, que podem mudar de dono, também possam mudar de dono quando registradas como chave Pix", diz o BC.

Um ponto que chamou atenção nas mudanças propostas pelo BC é como pode ficar a situação de microempreendedores individuais (MEIs). Segundo Lobo, o Pix não poderá ser usado em caso de CPNJ "inapto", o que inclui empresas que estão há dois anos consecutivos sem apresentar documentos de declarações contábeis. "Nesse caso, é uma situação que beira a fraude." Em entrevista a jornalistas, Lobo foi questionado se isso afetaria os MEIs que eventualmente não apresentem as declarações necessárias.

Segundo ele, o BC está discutindo a situação com a Receita.

"Estamos conversando para garantir que isso não aconteça." Sem dar muitos detalhes, ele afirmou que BC e Receita ainda vão definir como operacionalizar para não fazer com que situações fiscais interfiram no uso do Pix.

Segundo o Valor apurou, o BC vai publicar brevemente um normativo de orientação aos bancos para focar o cancelamento de chaves Pix em situações que envolvam claramente crime ou fraude, informou a autarquia. Empreendedores que enfrentam dificuldades em pagar **impostos** não serão atingidos, afirmou uma fonte com conhecimento do assunto.

José Luiz Homem de Mello, sócio da área financeira de Pinheiro Neto Advogados, diz que o objetivo do BC é claramente coibir fraudes. "Do ponto de vista regulatório, é mais uma frente para deixar o Pix mais seguro." Segundo ele, se for preciso eventualmente fazer algum ajuste nessa questão para não impactar os MEIs, a autoridade consegue alterar a norma facilmente.

"Esses pontos mais marginais podem ser corrigidos, se for o caso. Como alguns pontos da norma entram em vigor em abril, dá tempo de fazer algum ajuste de sistema necessário, corrigir uma situação que não tinha sido prevista", afirma.

Para o advogado, o regulador está sempre equilibrando entre garantir a segurança, de um lado, e fomentar a inovação, do outro.

"O BC tem de sopesar a inovação com a questão de riscos e controles."

"O que a gente não quer é morto fazendo Pix, é uma medida operacional, não tem efeito para o usuário" Breno Lobo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188133>

Tese da tributação de lucros no exterior pode custar R\$ 142 bi à União

Marcela Villar De São Paulo

A discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a tributação de lucros de coligadas e controladas no exterior pode gerar um impacto de R\$ 142,5 bilhões para a União em caso de derrota. A estimativa está em nota técnica da **Receita Federal** e é referente à devolução ou perda de arrecadação de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL do período de 2017 a 2021. Além do passado, a tese poderia reduzir o caixa da Fazenda Nacional em R\$ 28,5 bilhões anualmente.

O cálculo, que consta da Nota Cetad/Coest nº 14, de 2023, foi feito a pedido da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e tem como base informações do Banco Central (BC), referentes aos lucros e dividendos recebidos no exterior, decorrentes de investimentos diretos de 2017 a 2021. O documento pondera que esse valor não leva em conta os contribuintes que possam ser atingidos pelo julgamento "e sim a partir de um conjunto deles que supostamente compartilharia situação tributável semelhante".

Um levantamento feito pelo escritório Trench Rossi Watanabe indica que, além da Vale, que é parte no julgamento do STF, a Petrobras, JBS, Ambev e CSN têm discussões bilionárias a respeito. Juntas, as cinco multinacionais tentam derrubar cobranças de R\$ 64,1 bilhões feitas pela Receita - R\$ 22,2 bilhões da Vale, R\$ 20,6 bilhões da Petrobras, R\$ 11,3 bilhões da JBS, R\$ 5,8 bilhões da CSN e R\$ 4,4 bilhões da Ambev. A pesquisa foi feita a partir dos últimos formulários de referência divulgados pelas companhias.

O tema voltou à pauta do STF no início de fevereiro. Mas a análise foi suspensa por pedido de vista do ministro Nunes Marques e pode ser retomada em maio - o voto-vista deve ser apresentado em até 90 dias. Os ministros julgam a validade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre empresas nacionais a partir dos lucros de coligadas no exterior em países que têm tratados com o Brasil para evitar bitributação. Hoje são 38 acordos em vigor.

Segundo advogados, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é mais favorável ao contribuinte, por reconhecer a prevalência dos tratados internacionais sobre a legislação interna brasileira. Mas no STF, por ora, a União vence o placar, por dois

votos a um. De acordo com a procuradora-geral adjunta de Representação Judicial da PGFN, Lana Borges, o STJ não respeitou precedentes do Supremo sobre o assunto.

A maioria dos processos das multinacionais ainda está na esfera administrativa e os passivos não são provisionados porque as perdas são classificadas como possíveis, com base nos precedentes do STJ. O tema é controverso e normalmente decidido pelo voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** - o desempate pelo presidente do colegiado, que é representante da Fazenda.

O Fisco entende que na, verdade, não está tributando o lucro das controladas no exterior, mas sim o da controladora no Brasil, que reflete o resultado contábil das empresas estrangeiras através do Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

O método visa aferir o valor do investimento de uma empresa quando possui participação societária em outra. Por meio dele, o investimento é reconhecido pelo valor de custo e depois ajustado para refletir os resultados obtidos pela empresa investida, proporcionalmente ao valor da participação da investidora.

A metodologia é prevista na Lei das Sociedades Anônimas (nº 6.404/76) e depois foi incluída no ordenamento tributário pelo artigo 74 da Medida Provisória (MP) nº 2158/2001. O dispositivo diz que "os lucros auferidos por controlada ou coligada no exterior serão considerados disponibilizados para a controladora ou coligada no Brasil na data do balanço no qual tiverem sido apurados, na forma do regulamento".

A Petrobras é quem tem mais processos sobre o assunto - são cinco na Justiça. Em quatro deles já houve decisão desfavorável. No outro, venceu na segunda instância, mas está pendente a análise de recurso da PGFN. A Ambev tem quatro ações, mas só uma na Justiça, ainda em fase pericial.

A CSN discute quatro processos no **Carf**, ainda sem vitórias, e um quinto na Justiça. A sentença foi favorável, mas houve recurso da PGFN para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6). Já a

JBS sofreu alguns autos de infração entre 2006 e 2018 e todas as discussões ainda estão na esfera administrativa.

A Vale, em notas explicativas, diz que sofreu diversas cobranças relativas aos anos de 1996 a 2008.

A discussão de 1996 a 2002 tinha impacto de R\$ 2,3 bilhões, mas ela obteve decisão definitiva favorável.

Para 2003 a 2012, o impacto é de R\$ 22,2 bilhões. A companhia também informa que aderiu a um parcelamento, cujo saldo remanescente é de R\$ 10 bilhões, a ser quitado em 58 parcelas.

Apesar de o caso da Vale não ter repercussão geral, será um importante precedente - é o primeiro e único caso a chegar no STF. Na Corte, a matéria não foi ainda analisada de forma tão aprofundada, sobre a prevalência dos tratados. O principal precedente é de 2013, quando foi validado o artigo 74 da MP 2158/2001 para coligadas em paraísos fiscais ou tributação favorecida (ADI 2588).

Agora, é julgado se a regra se aplica para empresas estrangeiras que estejam em países com os quais o Brasil firmou acordo para evitar bitributação.

A mineradora questiona a "tributação automática" do IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos por controladas da Bélgica, na Dinamarca, em Luxemburgo e nas Bermudas.

Até então, votaram com a PGFN os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes.

Eles entendem que os tratados não inviabilizam a tributação dos valores no Brasil. O relator, André Mendonça, entendeu que a tese seria infraconstitucional. Mas disse que, se ficasse vencido nesse ponto, seria a favor da Vale.

As decisões de primeiro e segundo grau foram favoráveis à União, mas o STJ reverteu o entendimento em parte - manteve a cobrança só nas Bermudas, pois não há acordo bilateral com o Brasil e é um paraíso fiscal.

Simone Dias Musa, sócia do Trench Rossi Watanabe, diz que há chances de o contribuinte vencer a disputa. Na visão dela, a tese defendida pela Fazenda de que o MEP representa por si só uma disponibilidade econômica ou jurídica para o contribuinte é equivocada. "A tese do MEP é que o lucro reconhecido contabilmente no Brasil das coligadas no exterior já permite que ele seja tributado. No entanto, os tratados para evitar bitributação devem ser usados para afastar a possibilidade de a jurisdição brasileira tributar o lucro

auferido por uma empresa domiciliado no exterior", diz.

O MEP, explica, é uma forma contábil de evitar que o balanço da controladora brasileira reflita o lucro do grupo econômico. "Não representa um lucro autônomo", diz. "É um reflexo contábil de um lucro que é gerado por uma empresa no exterior, logo, o tratado para evitar bitributação cai como uma luva para afastar a tributação do lucro no Brasil enquanto ele não for distribuído." Mas para a procuradora Lana Borges, o lucro não precisa ser nacionalizado para ser tributado. "Ele já está dentro do patrimônio da controladora", afirma. Ela entende que é uma questão de justiça fiscal. "Uma empresa no Brasil que não tem coligada no exterior paga os **tributos** uma vez que seus lucros são contabilizados, não quando são distribuídos. A controladora que tem controladas no exterior não vai pagar tributo?"

Lana ainda defende que não há que se falar em afastar a bitributação pelos tratados, pois não há incidência sobre o lucro obtido pela empresa no exterior. "Em regra, quem paga a tributação é a controladora. Estando no Brasil, a incidência é da norma brasileira, por isso que não temos bitributação", argumenta.

Além disso, lembra, há na legislação brasileira ferramentas para que a controladora brasileira possa deduzir do imposto por ela devido, o tributo eventualmente pago sobre o mesmo lucro, no exterior, pela controlada - como o artigo 26 da Lei nº 9.249/1995 e, posteriormente, artigo 87 da Lei nº 12.973/2014.

O tributarista Telírio Saraiva, também sócio do Trench, reforça que o STJ definiu que os tratados devem prevalecer. "O Brasil precisa honrar o compromisso firmado com outros países", afirma. Ele discorda dos votos de Mendes e Moraes. Eles defendem que a tributação no Brasil estaria alinhada com princípios da OCDE.

"Mas a OCDE só autoriza a bitributação em casos de planejamentos tributários abusivos", acrescenta ele, lembrando que o impacto da tese para as multinacionais é muito alto - de 34% sobre o lucro auferido por controladas no exterior.

O tributarista Eduardo Pugliese, sócio do Schneider Pugliese Advogados, diz que a Receita quer tributar os lucros das coligadas no exterior de forma automática. "Ela não espera a empresa estrangeira enviar o dinheiro para o Brasil, quer tributar tão logo exista o lucro lá fora, como se fosse uma disponibilidade automática", diz.

Em nota, a CSN afirma que as regras previstas em

tratados internacionais se sobrepõem, hierarquicamente, à regra interna de tributação em bases universais. "Há, portanto, prevalência das regras de direito tributário internacional sobre a legislação ordinária interna", diz a empresa, citando julgados do STJ.

Procuradas, Vale, JBS e Ambev não quiseram comentar o assunto.

A Petrobras não deu retorno até o fechamento da edição.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Tese da tributação de lucros no exterior pode custar R\$ 142 bi à União

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188133>

A farra fiscal solapa a democracia (Artigo)

JOSÉ PASTORE

JOSÉ PASTORE Professor da USP (aposentado), presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP

O Brasil é uma das sociedades mais desiguais.

São várias causas. Uma está ligada às próprias leis, muitas das quais criam desigualdades insuperáveis. É o caso, por exemplo, do enorme diferencial de aposentadoria entre servidores públicos e trabalhadores do setor privado. Outra decorre das leis que sancionam os supersalários e penduricalhos de agentes públicos. São leis extrativistas que atendem o interesse de privilegiados, extraindo os recursos dos mais pobres. Há ainda o exemplo da régua única do seguro-desemprego, que atende com o mesmo valor um desempregado solteiro e um chefe de família com cinco filhos.

Entra aqui também o impacto perverso da farra fiscal. Gastar mais do que se arrecada gera graves desequilíbrios. Estamos no meio desse processo. O resultado é sempre a aceleração da inflação, que é um imposto extremamente cruel e que fere gravemente os mais pobres.

O controle da farra fiscal depende de instituições fortes - que não temos - em especial os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

No Brasil, os três têm se mostrado perdulários e prioritariamente interessados no enriquecimento dos seus membros e de suas campanhas eleitorais.

Como variante da farra fiscal, são as concessões indiscriminadas de incentivos e subsídios que favorecem grupos e regiões privilegiadas, décadas a fio, em detrimento dos que têm de arcar com as cargas tributárias completas e até aumentadas. É o paternalismo de conceder "meia entrada", como diz Marcos Lisboa, a grupos que se locupletam desses benefícios em desfavor dos mais pobres.

Não se pode desprezar o papel da corrupção.

Nas escalas existentes, a "pequena corrupção" - que envolve as tentativas de suborno praticadas pelos cidadãos comuns -, o Brasil está dentro da média dos países pesquisados. Mas a "grande corrupção", praticada pelos poderes públicos, partidos políticos e empresas estatais, está muito acima da média

mundial, conforme mostra Marcus André Melo no texto O Brasil exhibe paradoxo de pouca corrupção trivial e alta corrupção institucional, publicado na Folha de S. Paulo, em 16 de fevereiro deste ano.

Há ainda a desigualdade gerada pela incapacidade de o Brasil requalificar os trabalhadores que são deslocados dos seus empregos por força da entrada de novas tecnologias. Sem condições de se "repaginarem" para atender às novas demandas, trabalhadores de classe média descem na escala social, passam para a classe baixa e agravam o já grave quadro das desigualdades. Quem nunca tomou um Uber dirigido por um contador?

O que isso tem a ver com a democracia? No passado, as democracias eram derrubadas por grupos armados. Hoje, elas são minadas por dentro pela força das desigualdades. Isso decorre basicamente do desencanto e do sofrimento que assolam os grupos que são afetados pelo agravamento das desigualdades. Pessoas que descem na escala social ou que assistem ao enriquecimento de outros na base dos privilégios e não do mérito ficam revoltadas e se tornam presas fáceis dos demagogos populistas.

O populismo floresce no meio das frustrações e desigualdades e agrava as crises existentes. Isso porque os populistas se elegem manipulando os sentimentos de inconformismo e prometendo o que não podem entregar. Uma vez no poder e verificando a escassez de recursos para cumprir suas promessas, os populistas partem para o assistencialismo no intuito de atender e assegurar os votos dos mais pobres, agravando a crise fiscal e minando a saúde da democracia no momento seguinte.

O Brasil tem longas histórias de políticos populistas, desde Getúlio Vargas, passando por Jânio Quadros, Jair Bolsonaro e Lula da Silva.

Os que escaparam desse padrão foram Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Michel **Temer**. Os três conseguiram fazer reformas estruturais que revitalizaram a economia e permitiram combater as desigualdades por meio do trabalho. Bolsonaro, que podia ter garantido a perenidade do equilíbrio das finanças públicas, perdeu essa oportunidade ao partir para a farra fiscal no fim de seu mandato, aumentando, por exemplo, o valor da Bolsa Família abruptamente de R\$ 200 para R\$ 600.

Está provado, farra fiscal, leis extrativistas, corrupção,

favorecimentos a lobistas e outros mecanismos perversos só agravam as desigualdades e enfraquecem a democracia. Precisamos sair desse círculo vicioso.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7072/07-03-2025.html?all=1>

ANPD deve avançar com regulação de IA antes do marco legal, diz presidente

Rafael Bitencourt

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) vai avançar com a regulação dos sistemas de inteligência artificial (IA) usados no Brasil sem esperar pela aprovação do marco legal da inteligência artificial, em fase final de discussão no Congresso Nacional. A informação é do presidente do órgão, Waldemar Gonçalves, que concedeu entrevista ao Valor.

Para Gonçalves, o órgão tem liberdade e dever de regulamentar a nova tecnologia quando existe proteção de dados pessoais.

"A gente não está se antecipando ao marco legal da IA no Brasil. Hoje, o Artigo 20 da LGPD [Lei Geral de Proteção de Dados] já traz a obrigação de tratarmos das decisões automatizadas", afirmou ele, em Barcelona (Espanha), onde participou do evento Mobile World Congress 2025 (MWC25). "O que a gente está regulando neste momento é esse artigo. Então, quando sair a lei, que vai trazer as obrigações de regulação da IA no Brasil, vão ter outros movimentos de regulação."

Se existe dúvida sobre a ANPD dever ou não assumir a função de órgão regulador da IA no Brasil, o mesmo não ocorre com o enquadramento das plataformas sobre algoritmos usados nas redes sociais para atrair a atenção do público mais jovem, observa Gonçalves.

"Esse é um assunto da ANPD, com certeza. O cuidado com crianças e adolescentes faz parte não só da nossa agenda regulatória, mas também das quatro metas que a fiscalização definiu como prioridade neste momento", disse o presidente, citando o cuidado com a proteção de crianças e adolescentes, o direito dos titulares, raspagem de dados - coleta indiscriminada de dados por sites - e reconhecimento facial.

Criada durante a pandemia da covid-19, a ANPD completará cinco anos em 2025. No ano passado, o órgão se notabilizou por abrir processos de fiscalização e enquadrar algumas das gigantes da tecnologia, as "big techs", que controlam as maiores plataformas digitais.

Nos últimos meses, o órgão, que opera 100% com **servidores públicos** cedidos de outros órgãos federais, impôs determinações a companhias como

Meta - dona do Facebook, Instagram e WhatsApp -, TikTok e X (antigo Twitter). Recentemente, o órgão suspendeu a coleta da biometria da íris dos olhos de brasileiros feita pela startup Tools for Humanity (TfH), que oferecia compensação financeira com criptomoedas worldcoin (WLD) a quem aceitasse fazer o cadastro.

No caso dos algoritmos empregados nas redes sociais, Gonçalves admite que é necessário uma melhor fiscalização, com possibilidade de impor eventuais sanções às propagandas direcionadas para o público jovem. Para ele, esse tipo de propaganda não é proibido, mas é preciso saber se o "perfilamento" - coletar informações do cadastro e do comportamento do usuário nas redes - está sendo usado para personalizar conteúdo, direcionar propagandas ou fazer impulsionamento.

"A propaganda direcionada não é proibida, pode fazer, mas não para crianças e adolescentes, que muitas vezes não têm ainda a maturidade para analisar esses conteúdos", afirmou Gonçalves. Segundo ele, o direcionamento inadequado de propagandas pode induzir jovens ao uso de jogos, além de estimular comportamentos "não aprovados" pela sociedade e principalmente pelos pais.

Para o presidente da ANPD, é preciso ainda exigir transparência sobre a forma como os algoritmos coletam e usam dados de crianças e adolescentes. "É importante deixar claro que o comportamento de cada usuário nas redes sociais é um dado pessoal, relacionado diretamente àquela pessoa", disse.

No evento de tecnologia em Barcelona, Gonçalves teve agenda com reguladores estrangeiros e algumas "big techs", como a Meta, sempre tratando de privacidade e proteção de dados e uso de IA. Uma das interações institucionais foi com a Autoridade Europeia de Proteção de Dados (EDPB, na sigla em inglês). Na próxima quinta-feira (13), Gonçalves se reunirá, em Madri, com a Autoridade Espanhola de Proteção de Dados (AEPD).

O presidente da ANPD explicou que já firmou um memorando de entendimento com a agência espanhola, que prevê troca de informações e compartilhamento de experiência em práticas de regulação. "A Espanha lançou um software que

recebeu três prêmios na Europa pelo uso de ferramentas de reconhecimento de idades. Isso, então, nós também vamos buscar. Vamos entender como isso está sendo feito, avaliar se podemos aproveitar no Brasil", antecipou.

No evento, em Barcelona, especialistas em regulação discutiram o papel dos governos frente à concentração de mercado das "big techs". O debate ocorre no momento em que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, defende maior liberdade para empresas americanas do ramo de tecnologia, enquanto a União Europeia (UE) estreia com nova regulação dos sistemas de IA, o AI Act, considerada mais restritiva.

"Vejo que as "big techs" alcançaram um valor absurdo. Se você olhar o patrimônio delas, são os nossos dados, o conjunto de dados pessoais dos cidadãos do Brasil e do mundo", reforçou o presidente da ANPD.

O jornalista viajou a convite da Huawei

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

A descentralização fiscal silenciosa

Há uma crescente preocupação com os indicadores fiscais do Brasil em função do crescimento da dívida pública. Desde 2015, governos de linhas ideológicas distintas têm adotado medidas para reverter essa trajetória. O governo Lula adotou uma nova abordagem para o ajuste fiscal.

A nova estratégia alterou a combinação entre o controle de gastos e o aumento de arrecadação. Agora, o crescimento real do gasto primário é dado por 70% do crescimento real da receita até o limite superior de 2,5%. O limite de 2,5% é próximo ao que se pensa como crescimento potencial da economia e, portanto, no longo prazo, o gasto corresponderá a um percentual fixo do PIB potencial. O impacto do ajuste fiscal sobre o crescimento econômico teve peso na estratégia de ajuste.

A velocidade de ajuste depende da capacidade de geração de receita acima do potencial de crescimento da economia. A primeira fonte de incerteza é saber quanto a arrecadação crescerá e como avançará o ajuste fiscal no Legislativo. Assim, o horizonte de sustentabilidade previsto pelos agentes de mercado se alongou.

O governo também atua por meio da política oficial de crédito, usando os recursos nos fundos que gerencia e os planos de negócios das empresas estatais. A utilização desses instrumentos foi ampliada nos últimos dois anos. A segunda fonte de incerteza vem do paralelo que muitos analistas traçam entre a recente ampliação dessa atuação - maiores desembolsos do BNDES, aumento dos investimentos da Petrobras e a retomada das operações de crédito com governos subnacionais, por exemplo - e o expansionismo que ocorreu entre 2012-14 e que culminou em uma crise econômica.

O tema foi analisado pela Carta do FGV-Ibre de dezembro de 2024. Os dados mostram que tais variáveis estão muito distantes dos picos observados em 2012-14, o que sugere um movimento de normalização dos gastos que vinham de níveis muito baixos ao invés de um expansionismo exagerado. Existem questões orçamentárias a resolver como, por exemplo, o Pé de Meia e o Auxílio Gás que devem estar no orçamento, mas a grandeza dessas questões não se compara aos riscos fiscais mencionados no parágrafo anterior e que realmente importam macroeconomicamente.

O governo deveria ser mais explícito em mostrar que

compreende esse risco e que administrará essas políticas de forma competente, pois trata-se de mostrar que compreende os limites da política econômica. Isso ajudaria a reduzir a relação belicosa entre governo e mercado.

Mas existe um risco fiscal relevante e ignorado pelos analistas de forma geral. Há um processo de descentralização fiscal silenciosa ocorrendo no país nos últimos anos. A despesa pública que realmente está crescendo é a dos governos subnacionais.

Eliminando as várias transferências federativas, meu colega Bráulio Borges estima que o gasto público federal no quarto trimestre de 2024 foi 16,5% menor em termos reais que no quarto trimestre de 2023, indicando convergência com o gasto real médio de 2022.

Em contrapartida, os gastos subnacionais reais cresceram 10,8% no ano e 25% no acumulado desde 2021, mais que o dobro do crescimento da economia no período. Os gastos subnacionais foram turbinados: (i) pelo aumento dos recursos dos Fundos de Participação, impactados pela atual estratégia de aumento de receitas, (ii) pelo aumento do complemento da União ao Fundeb, (iii) pela maior obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares - em particular, as emendas Pix - e pelo; (iv) aumento das operações de crédito, por exemplo.

A nova rodada de renegociação de dívidas estaduais e os fundos aprovados pela **reforma tributária** são operações que ampliarão a descentralização fiscal em curso nos próximos anos e tudo isso ocorre sem nenhuma contrapartida. Uma explicação para esse fenômeno é que a polarização política resulta em redistribuição de poder político entre os vários entes da Federação.

A falta de sintonia entre os gastos federais e subnacionais representa um claro desafio para a gestão macroeconômica, pois torna-se muito mais difícil para o governo federal produzir uma política eficiente e coordenada de combate à **inflação**. A reorganização das contas subnacionais foi um pilar importante do Plano Real.

A redução da participação federal nas finanças públicas dificulta a geração de resultados primários para estabilizar a dívida pública, pois sua capacidade de controlar as despesas e de poupar os recursos

arrecadados se torna mais limitada. A reorganização fiscal também pressupõe a contribuição de Estados e Municípios na geração de resultados primários tal como era o caso nos anos 2000.

O papel do governo federal em organizar as políticas públicas e induzir boas práticas se torna mais difícil. Há maior sobreposição de políticas públicas com tendência ao aumento do gasto corrente e redução dos investimentos. Com uma política mais descentralizada, realizada desta forma, a tendência é a piora da qualidade do gasto público e menor crescimento.

Existem aspectos políticos importantes a serem considerados. Após a Segunda Guerra Mundial, os processos de recentralização de poder ocorridos durante a ditadura militar e o governo FHC aconteceram com expressivo aumento de carga tributária.

A concertação do processo de descentralização fiscal em curso poderá causar uma pressão por novas rodadas de aumento expressivo de carga tributária, muito além do previsto pelo ajuste fiscal em curso. Sempre há algum espaço para elevar a carga considerando a ineficiência do sistema e a sua regressividade, como o governo corretamente tem pontuado. Mas também é fato que a carga tributária atual já é elevada para o nível de renda per capita do país e que o Congresso Nacional mostra muito desconforto com esse tema.

Diferentemente do passado em que o aumento da carga tributária organizou o país em períodos históricos complexos, uma eventual replicação dessa solução pode elevar ainda mais a polarização política em um contexto em que tais problemas poderiam ser facilmente evitados. É importante que as autoridades políticas do país reflitam melhor sobre o processo em curso, pois ele parece trazer muito mais custos do que benefícios para a sociedade a curto e a longo prazo.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
A descentralização fiscal silenciosa

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188133?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188133?page=1§ion=1)

STJ julgará exclusão do ICMS, PIS e Cofins do cálculo do IPI.

Luiza Calegari De São Paulo

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai julgar a possibilidade de exclusão de três **tributos** da base de cálculo do IPI. A decisão a ser dada, por meio de recursos repetitivos, deverá ser seguida por todas as instâncias do Judiciário.

O Tema 1.304 reúne três recursos especiais que pedem que sejam descontados o ICMS, o PIS e a Cofins. É uma das "teses filhotes" do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da tese do século, que excluiu o PIS e a Cofins da base de cálculo do ICMS.

Naquele julgamento, o STF entendeu que a base de cálculo do ICMS é a receita ou faturamento, o que exclui os **tributos**. Segundo especialistas, no entanto, o raciocínio é diferente do caso que será julgado agora, o que reduziria as chances de vitória dos contribuintes.

Anderson Mainates, do Cascione Advogados, explica que, se a incidência do PIS e da Cofins é sobre a receita da empresa, a do IPI é o chamado "valor da operação". O conceito está previsto no artigo 47 do Código Tributário Nacional (CTN) e no artigo 14 da Lei nº 4.502/64. É definido como o preço do produto acrescido de frete e outras despesas acessórias.

Nos recursos repetitivos que serão analisados pelo STJ, os contribuintes sustentam que é possível aplicar o entendimento da tese do século para a base de cálculo do IPI.

Nas turmas de direito público da Corte, porém, o entendimento é desfavorável ao contribuinte.

Na 1ª Turma, por exemplo, ao julgar recurso de uma concessionária, o relator do processo, ministro Benedito Gonçalves, ressaltou ser "pacífica jurisprudência" na Corte sobre a impossibilidade de exclusão dos **tributos** da base do IPI, "por falta de previsão legal" (REsp 2115638).

A 2ª Turma também deu razão à Fazenda ao negar a exclusão de ICMS, ICMS-Difal, PIS, Cofins e CPRB da base do IPI (REsp 2116487). Conforme Francisco Falcão, relator do caso, "para efeitos de apuração do IPI, o valor tributável dos produtos nacionais é o valor

total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial, o que abrange, inclusive, o montante dos **tributos** embutidos no denominado preço por dentro (PIS, Cofins e ICMS)".

Além desses precedentes, Tatiana Vikanis, sócia do escritório Vikanis Ricca Advogados, lembra do Tema 1223. Nele, a 1ª Seção do STJ definiu que "a inclusão do PIS e da Cofins na base de cálculo do ICMS atende à legalidade nas hipóteses em que a base de cálculo é o valor da operação, por configurar repasse econômico".

"Tanto o ICMS quanto o IPI possuem como base de cálculo o valor da operação e, naquele julgamento, o STJ afirmou que o PIS e a Cofins são repassados economicamente ao contribuinte", explica a advogada, o que pode embasar uma decisão no mesmo sentido a respeito do IPI.

Gabriel Baccarini, sócio do Cascione Advogados, diz que um dos impactos da afetação dos recursos é aumentar a corrida das empresas ao Judiciário. "Em razão das modulações de efeito dos julgamentos, que eram a exceção e hoje são a regra, existe um temor de que, se o tema for julgado favorável ao contribuinte, quem não entrar com ação pode ficar de fora dos benefícios", diz.

Apesar da falta de esperança no julgamento do STJ, a perspectiva para o futuro é um pouco mais otimista, segundo Maurício Barros, sócio do Cescon Barriue, com a regulamentação da **reforma tributária**.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, que regulamentou a **reforma tributária**, ICMS, ISS, PIS/Cofins e a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública não compõem a base de cálculo dos novos **tributos**: Contribuição e Imposto sobre Bens e Serviços (CBS e IBS).

"A definição de 'valor da operação' para a base de cálculo dos **tributos** pode trazer uma nova frente de discussões, com viés positivo. O conceito usado para a CBS e o IBS pode levantar questionamentos sobre a "Julgamento deve aumentar a corrida das empresas ao Judiciário" Gabriel Baccarini existência de dispositivos que permitam a aplicação do mesmo conceito de "valor da operação" para o cálculo de

outros tributos", afirma.

Por essa lógica, acrescenta, seria possível ampliar a aplicação de um "valor de operação" que exclui os tributos de sua base de cálculo, como ocorre com CBS/IBS após a reforma, também para os impostos vigentes.

Com a afetação do tema pelo STJ, todos os processos no país com recursos direcionados ao STJ estão suspensos.

Até setembro de 2024, tinham sido identificados 81 acórdãos e 1.376 decisões monocráticas.

Para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), "da mesma forma que o ICMS, a base de cálculo do IPI é o valor da operação, daí porque a Fazenda Nacional, confiante na coerência e integridade da jurisprudência do STJ, acredita no sucesso de sua tese".

O órgão também destaca que o STF, na tese do século, "não excluiu a possibilidade de um tributo incidir sobre outro, se limitando a avaliar o específico caso da contribuição ao PISedaCofins".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188133>

Reforma tributária e produção de hidrogênio - OPINIÃO JURÍDICA

Rafaela Calçada da Cruz

Rafaela Calçada da Cruz é advogada tributarista, com pós-graduação em Direito Tributário pela FGV

A **reforma tributária**, aprovada pela Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023, que, em linhas gerais, substitui cinco **tributos** (ICMS, ISS, PIS/Pasep, Cofins e IPI) por três (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e Imposto Seletivo - IS), cuja implantação será gradativa, a partir de 2026, estabelece que o sistema tributário nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

Em cumprimento ao princípio de defesa do meio ambiente, a EC nº 132/2023 dispõe, ainda, que deve ser mantido regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (HBC), na forma de lei complementar (LC), a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis.

Por outro lado, embora haja previsão de base de incidência ampla, o IBS e a CBS não se sujeitarão às desonerações, salvo em determinadas hipóteses, como nas operações de aquisição de bens de capital, nos termos da LC.

Nesse sentido, a LC nº 214/2025 prevê a suspensão do pagamento do IBS e da CBS nas operações realizadas no âmbito do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), preservando as regras dispostas na Lei nº 11.488/2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144/2007.

Ocorre que, em 2 de agosto de 2024, foi publicada a Lei nº 14.948, conhecida como o "Marco legal do Hidrogênio", que dispõe, dentre outros temas, sobre o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro), que tem por objetivo incentivar a descarbonização e a transição energética, em respeito às metas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris.

De acordo com a lei, o HBC terá sua cadeia produtiva beneficiada pelo Rehidro, extensão do Reidi, pelo prazo de cinco anos, a partir de janeiro deste ano, de

modo que o pagamento das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes na aquisição, inclusive na importação, ou locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, materiais de construção para a implementação da planta de produção do HBC, bem como na contratação de serviços, no Brasil e no exterior, destinados a tal obra, será suspenso, podendo ser convertido à alíquota zero quando utilizado ou incorporado na obra.

Ademais, para a obtenção do regime especial, poderão se habilitar as empresas produtoras do HBC, até mesmo aquelas instaladas em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), sem prejuízo dos benefícios que já usufrui, bem assim, como coabilitadas, as empresas que tenham por atividade o acondicionamento, armazenamento, transporte, distribuição ou comercialização de HBC; a geração de energia elétrica renovável para a produção de HBC; e a produção de biocombustíveis (etanol, biogás ou biometano) para a produção de HBC.

Porém, até o momento, não se tem notícias sobre o seu tratamento específico no contexto da **reforma tributária**, embora esta privilegie a defesa do meio ambiente e o regime fiscal favorecido para o HBC.

Com efeito, considerando a autorização constitucional de desoneração da aquisição de bens de capital, sob a regulamentação de LC, e pelo fato de a LC nº 214/2025 dispor sobre o Reidi exatamente com as mesmas regras atualmente vigentes, é possível concluir que o Rehidro seria compatível com a **reforma tributária**, justamente porque os benefícios fiscais de que trata a Lei nº 11.488/2007 são aplicáveis a ele (Reidi).

Em contrapartida, não está garantido o direito de fruição dos benefícios fiscais pelos coabilitados, da forma como prescreve o Marco legal do Hidrogênio, porque, além de não ter previsão da figura do coabilitado na LC nº 214/2025 e na Lei nº 11.488/2007, o Decreto nº 6.144/2007, que regulamenta o Reidi, não é claro sobre as atividades autorizadas a coabilitação, gerando dúvida se apenas as empresas que executam obras de construção civil por empreitada é que estariam contempladas, dado serem as únicas que desenvolvem a atividade mencionada expressamente no texto legal.

Sem falar que o decreto, em outra passagem do texto, atribui a condição de coabilitado apenas àquelas empresas diretamente vinculadas ao projeto de titularidade do habilitado.

Tanto é assim que a **Receita Federal do Brasil** (RFB), por meio da Solução de Consulta Cosit nº 22/2024, esclareceu que os benefícios do Reidi alcançam apenas os bens e serviços utilizados ou incorporados em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado e correspondentes a projeto habilitado, excluindo, assim, os serviços meramente auxiliares, restando evidenciado que a coabilitação é restritiva.

Em outras palavras, se não estão bem definidas as condições de enquadramento das empresas como coabilitadas no âmbito do Reidi pela **reforma tributária** e se o entendimento restritivo da **RFB** pode ser aplicado, a sua extensão ao Rehidro gerará insegurança jurídica às empresas que se dedicam às atividades que fazem parte da cadeia produtiva do HBC, comprometendo, assim, a sua produção.

Portanto, a despeito de o Rehidro ser um dos instrumentos de desenvolvimento do mercado nacional energético, conforme o Marco Legal do Hidrogênio, a **reforma tributária** certamente desestimulará a produção do HBC, uma vez que, se os benefícios fiscais previstos não alcançam toda a cadeia produtiva, tornam o investimento na produção substancialmente mais elevado ou inviável, violando o princípio da defesa do meio ambiente e afastando o Brasil das metas assumidas no Acordo de Paris.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188133>

A reindustrialização do Brasil passa pelo Imposto Seletivo na exportação de bens mineraiis

A recente decisão do presidente da República de manter a incidência do Imposto Seletivo sobre os bens mineraiis extraídos, independentemente da destinação, representa um passo fundamental para garantir a soberania econômica, a autossuficiência energética e a reindustrialização do Brasil.

Ao isentar as exportações, o art. 413, I, da Lei Complementar 214/2025 contrariava o fato de que a tributação deveria incidir sobre a extração, independentemente da destinação dos recursos. Nosso posicionamento reflete a preocupação com os impactos dessa isenção para a competitividade do setor industrial brasileiro.

A desoneração beneficiaria apenas exportadoras de commodities, prejudicando a indústria de transformação local e ampliando nossa dependência de produtos importados. A exportação de matérias-primas, sem o desenvolvimento de cadeias produtivas locais, resultará na perda de empregos qualificados e na redução da geração de renda no Brasil.

O relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), foi literal em seu relatório: "propomos a extensão da incidência do imposto para atividades de extração, caso em que não interessará o destino do produto extraído (mercado interno ou estrangeiro)".

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Permitir a isenção nas exportações criaria um precedente perigoso, além de inconstitucional, perpetuando um modelo econômico extrativista. Países que dependem exclusivamente da exportação de matéria-prima sofrem com a volatilidade dos preços internacionais e perdem oportunidades de industrialização. O Brasil tem de adotar um modelo produtivo que gere empregos e fortaleça sua própria base industrial, ao invés de continuar abastecendo indústrias estrangeiras sem retorno significativo para a economia nacional.

A Presidência da República justificou o veto por inconstitucionalidade, argumentando que a isenção prevista na Lei Complementar 214/2025 contraria o art. 153, § 6º, VII, da Constituição. A análise do Ministério da Fazenda e da Advocacia-Geral da União reforçaram que o dispositivo aprovado pelo Congresso violava a **reforma tributária**.

No entanto, o embate está longe de um desfecho. No Congresso, grupos ligados ao setor mineral pressionam os parlamentares pela derrubada do veto, alegando que a medida pode afetar a competitividade das exportações brasileiras e prejudicar a balança comercial. Essa argumentação ignora os riscos de dependência excessiva da exportação de commodities e as consequências para a indústria nacional.

O Brasil produz 3,4 milhões de barris de petróleo por dia e consome cerca de 2,7 milhões em derivados. Apesar disso, nós exportamos mais de 50% do petróleo que produzimos e importamos quase 900 mil barris por dia de petróleo para refino e de derivados somados, conforme dados oficiais da ANP. Esse déficit tende a piorar se continuarmos a incentivar a exportação de commodities em detrimento à nossa base industrial.

Não se trata apenas de uma questão de arrecadação. A tributação das exportações de bens mineraiis e o consequente aumento de arrecadação pode viabilizar políticas públicas voltadas à transição energética, aos combustíveis renováveis, além de outros projetos de interesse nacional.

A decisão final sobre o veto ainda depende do Congresso, mas uma coisa é certa: o Brasil não vai se reindustrializar adotando medidas que nos amarrem à condição de mero exportador de commodities, perpetuando a mesma pauta de exportações dos tempos do Brasil Império.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

A reindustrialização do Brasil passa pelo Imposto Seletivo na exportação de bens mineraiis

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e->

[*esse/2025/03/a-reindustrializacao-do-brasil-passa-pelo-imposto-seletivo-na-exportacao-de-bens-minerais.shtml*](#)

Governo zera imposto para baratear alimentos

MAYARA SOUTO E VICTOR CORREIA

O O governo federal anunciou, ontem, um pacote de medidas para tentar frear a alta de alimentos, considerada um dos principais fatores da baixa popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A principal ação será zerar a tarifa de importação de alguns produtos que são base alimentar dos brasileiros.

Entre eles estão a carne, que tinha 10,8% de imposto, o café (9%) e o milho (7,2%). O último deve refletir, também, nos preços das proteínas animais, já que serve de alimento para aves e bovinos. A medida também vai abranger o óleo de girassol (9%) e o azeite de oliva (9%).

Parte desses produtos apresentaram um salto de preço, nos últimos meses, devido à alta da **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Segundo o índice, no ano passado, o café ficou 39,4% mais caro; o óleo de soja, 29%; e as carnes, 20%.

"São todas medidas para reduzir preços, favorecer o cidadão, a cidadã, para que ele possa manter o poder de compra, ter a sua cesta básica com um preço melhor. Isso também acaba estimulando o setor produtivo e o comércio. O governo está abrindo mão de imposto, deixando de arrecadar, para favorecer o consumidor", declarou o vice-presidente, Geraldo Alckmin, que fez o anúncio do governo em coletiva de imprensa.

Lula autorizou as medidas para tentar conter os preços, após reunião com os ministros Carlos Fávaro (Agricultura), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), Rui Costa (Casa Civil), Sidônio Palmeira (Secretaria de Comunicação Social) e Dario Durigan, secretário- executivo do Ministério da Fazenda.

Impactos

O governo considera "mínimo" um possível impacto nos cofres públicos, ao deixar de receber essa tarifa. "Vários desses produtos têm um nível de importação pequeno porque têm tributação sobre importação elevada.

O objetivo é aumentar a competitividade e reduzir os preços internos. O impacto vai ser estimado a partir das notas técnicas que vão ser geradas. São medidas administrativas que, do ponto de vista da arrecadação, não têm impacto significativo, mas do consumidor, certamente, veremos um impacto importante", explicou Guilherme Mello, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Além disso, também não considera que os pequenos produtores podem ser atingidos de forma negativa. "Estamos num período de momentos de preços mais altos e mais baixos, onde se você reduzir o imposto de importação ajuda a reduzir o preço. Não está substituindo, está complementando", declarou Alckmin.

Representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Evandro Gussi, avaliou como positiva a reunião e os anúncios do governo. "Todos setores olharam com bons olhos o momento desses produtos, de ter mais competitividade, com um esforço conjunto de baratear o preço dos alimentos. Em um momento em que o mundo inteiro tem **inflação** dos alimentos, no Brasil, estamos fazendo um esforço para reduzir os preços", declarou.

"Foram analisados produtos em que o Brasil pode ser tão ou mais competitivo do que produtos que a gente não produz aqui, importa de outros lugares e, mesmo assim, vem com uma tarifa. Nesse primeiro momento, esses produtos vão ficar mais baratos imediatamente", garantiu o representante da indústria do açúcar.

Outras medidas

Assim como o governo zerou as tarifas federais, será recomendado aos estados que também zerem os **tributos** do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O governo também anunciou que o Plano Safra dará maior estímulo e prioridade para os alimentos da cesta básica, com o objetivo dos produtores rurais abastecerem o mercado interno. Também serão reforçados os estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para tentar manter a oferta dos alimentos, mesmo fora da safra.

No aspecto regulatório, o governo planeja ampliar o número de produtores aprovados pelo Sistema

Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), que regula os produtos de origem animal no país.

A meta é aumentar de 1.550 para 3 mil registros de produtores de leite, mel e ovos, com o objetivo de aumentar a competitividade de preços.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7072/07-03-2025.html?all=1>

Dolarização avança na Argentina com novos meios de pagamento - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Desde a última sexta-feira, os comerciantes da Argentina podem receber pagamentos em dólar, conforme autorização do Banco Central local.

Uma das promessas de campanha do presidente Javier Milei foi justamente dolarizar a economia para combater a inflação que sufoca o país. Seu plano é, em algum momento, parar de imprimir cédulas do peso argentino e estabelecer que toda transação financeira passe a ser feita na moeda americana. "Queremos que as pessoas usem seus dólares, porque isso reativa a economia, gera mais receita e nos permite reduzir os impostos", disse recentemente Luis Caputo, ministro da Economia do país. Outra medida em estudo é o lançamento de um cartão de débito que funcione tanto em pesos quanto em dólares. De fato, a dolarização está em andamento, com bancos e fintechs desenvolvendo métodos de pagamento com a moeda americana. Resta saber se a adoção gradual do dólar será suficiente para conter a inflação e estimular o crescimento da Argentina.

**

Méliuz decide investir até 10% do caixa em Bitcoin

O mundo corporativo está, cada vez mais, incorporando criptomoedas em suas estratégias financeiras. A Méliuz, gigante do ramo de cashback, passará a usar o Bitcoin como um dos pilares de sua política de tesouraria. Nesta semana, o conselho de administração aprovou a aplicação de até 10% do caixa total da empresa na moeda digital. A decisão tem como objetivo diversificar investimentos e proteger o capital contra a escalada inflacionária. Outras organizações já adotaram estratégia semelhante.

**

Como as tarifas comerciais de Trump impulsionam a inflação

É fácil entender por que tarifas comerciais como as impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, são um gatilho para a inflação. Tome-se o exemplo da fabricante americana de brinquedos Hasbro, a segunda maior do mundo. Cerca de 40% das vendas da empresa nos Estados Unidos vêm de

itens fabricados na China.

Com as taxações de 20% sobre produtos chineses, a Hasbro aumentará preços para manter a operação saudável. É um roteiro clássico para o aumento da inflação.

**

Investidoras ganham espaço em renda variável no Brasil

Em dezembro do ano passado, cerca de 1,4 milhão de mulheres possuíam investimentos em renda variável no Brasil, como demonstrou um levantamento da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo.

O número representou um salto notável de 85% na comparação com dezembro de 2020, além de um crescimento de 15% em relação ao mesmo mês de 2023.

Elas, de fato, estão mais ativas na indústria financeira. No ano passado, o total de investidoras no Tesouro Direto superou, pela primeira vez, a marca de 1 milhão.

"Não queremos ser americanos"

Mute Egede, primeiro-ministro da Groelândia, em resposta à ameaça do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de anexar a região. Trump tem interesses comerciais na ilha localizada no Círculo Polar Ártico

**

RAPIDINHAS

» O grupo Montesanto Tavares, um dos maiores exportadores de café do Brasil, pediu recuperação judicial. Suas dívidas chegam a R\$ 2,1 bilhões. Em 2024, a empresa exportou 2,6 milhões de sacas de café para 50 países, o que corresponde a 8% do volume vendido por brasileiros ao mercado internacional.

O grupo fatura R\$ 3,3 bilhões por ano.

» O crédito imobiliário com recursos da poupança

somou R\$ 13,5 bilhões em janeiro, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). A cifra cresceu 40% em relação ao mesmo mês de 2024. Mais uma vez, a Caixa liderou os desembolsos, destinando R\$ 5,2 bilhões para a compra de imóveis.

» A empresa de soluções ambientais Ambipar fechou uma parceria com a B3, a Bolsa de São Paulo, para vender tokens de crédito de carbono no mercado de capitais. Com a iniciativa, pessoas físicas terão acesso aos produtos. A Ambipar possuiu 2,5 milhões de hectares na Amazônia que geram 5 milhões de toneladas anuais de crédito de carbono.

» A confiança dos consumidores na economia brasileira atingiu em fevereiro o pior nível em oito meses. O dado é da Associação Comercial de São Paulo. De acordo com a entidade, o mau humor está disseminado por todas as regiões do país e por todas as classes socioeconômicas. O estudo consultou 1,6 mil famílias.

US\$ 1,75 trilhão foi quanto as companhias distribuíram em dividendos no mundo em 2024, segundo cálculo da gestora Janus Henderson. O número recorde representa um crescimento de 6% em relação a 2023

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7072/07-03-2025.html?all=1>

Alckmin diz que pedirá aos Estados para zerar ICMS sobre cesta básica

Depois do anúncio de que o governo vai zerar alíquotas do imposto de Importação sobre uma série de alimentos, o vice-presidente Geraldo Alckmin fez um pedido para que os Estados adotem a mesma estratégia com o ICMS incidente sobre itens da cesta básica. A declaração foi dada após reunião de ministros com empresários do setor.

"O governo federal zerou **tributos** sobre cesta básica, não há tributo sobre cesta básica, mas alguns Estados, em alguns produtos, ainda tributam o ICMS. Então, o apelo é para que, como o governo federal também já zerou o tributo sobre cesta básica, que os Estados também zerem o ICMS", disse Alckmin. Ele afirmou que a solicitação será levada aos governadores.

Além das medidas tributárias, o vice-presidente anunciou uma parceria entre governo federal e iniciativa privada para estimular a publicidade sobre os melhores preços de produtos, como forma de fomentar a disputa no mercado e, conseqüentemente, beneficiar os consumidores.

Já o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, disse que as medidas para baratear preços ainda terão impacto fiscal calculado pelos ministérios responsáveis. Ele afirmou que alguns gêneros são importados atualmente em pequena quantidade porque tinham alíquotas altas. Segundo o secretário, a queda na arrecadação não deve ser grande, mas que os consumidores sentirão a diferença. Mello afirmou que o objetivo é aumentar a competitividade e reduzir os preços no mercado interno. "Vários desses produtos têm nível de importação pequeno exatamente porque têm tributação sobre importação elevada." O anúncio ocorreu após reunião de Alckmin e de ministros com representantes do agronegócio para discutir estratégias que possam resultar em queda de preços.

I GIORDANNA NEVES, SOFIA AGUIAR, AMANDA PUPO E CAIO SPECHOTO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mulheres administram R\$ 82,6 bi do orçamento de cinco capitais do país

Com idade entre 46 e 70 anos, formação e trajetórias diversas, as cinco mulheres que hoje estão à frente de secretarias de Fazenda de capitais são responsáveis por gerir orçamento municipal total de R\$ 82,6 bilhões e têm conjunto de 2,5 mil servidores sob comando em suas pastas. Quatro delas já estavam no cargo em ao menos parte da gestão anterior e foram reconduzidas pelos prefeitos empossados este ano. Embora longe de ser maioria dentre os 26 secretários de Fazenda nas capitais, elas dizem que hoje as mulheres têm mais espaço. Nem por isso parte delas deixou de enfrentar olhares diferentes em relação à sua atuação ou os desafios de quem interrompe a carreira para cuidar dos filhos.

O testemunho delas revela que a ocupação de cargos nas finanças públicas não resulta de uma onda de políticas deliberadas para aumentar a presença feminina. Elas alcançaram o timão ao mostrar que estão prontas, após décadas de navegação profissional, muitas vezes em meio a uma tripulação eminentemente masculina.

Em comum, as cinco secretárias abraçaram o setor público bem antes de ocupar o atual posto de comando, após serem aprovadas em concursos concorridos em algum nível de governo - municipal, estadual ou federal. Em suas trajetórias, abriram caminhos entre as mudanças do dinamismo político e os efeitos que os ciclos econômicos tiveram sobre as finanças e as políticas públicas.

"O fato de as mulheres ocuparem um pouco mais de espaço nas finanças públicas está mais associado à profissionalização da área do que necessariamente à inclusão, diversidade", diz Giovanna Victer, que aos 49 anos é secretária municipal de Fazenda pela quarta vez, a segunda seguida em Salvador, após duas gestões no mesmo cargo em Niterói (RJ). "Fui chamada para Salvador pelos resultados que tive em Niterói. E quando fui chamada para os cargos, não conhecia nem o prefeito de Niterói nem o de Salvador."

"Nunca atribuí a chegada à secretaria ao fato de ser mulher. Sou workaholic, gosto do que faço. Para ter respeitabilidade as mulheres têm sempre que estar na frente, o que não é um problema, mas sempre precisamos provar nossa capacidade", diz Michele Roncalio, que foi a primeira mulher no posto de

secretária de Fazenda de Florianópolis. Passou a presidir, neste ano, a Abrasf, que reúne as secretarias de Finanças das capitais.

"Nós somos medidas na nossa capacidade justamente por sermos mulheres", diz Marcia Helena Hokama, titular da Fazenda de Campo Grande (MS), reconduzida no atual mandato, após assumir a pasta em 2022. Antes já havia sido secretária adjunta, na antiga Secretaria de Finanças e Planejamento.

"Tive uma pausa na carreira e ao retornar foi mais difícil no setor privado" Andrea Senko

Os assuntos fiscais, conta Victer, são hoje muito regulados, seja pela STN [Secretaria do Tesouro Nacional], seja pelos tribunais de contas, seja pela controladoria do município. "Quando se trata de uma Secretaria de Fazenda, atualmente se procura perfil com qualificação técnica, o que coloca as mulheres no mesmo pé de competição com homens. A entrada das mulheres acontece naturalmente porque elas estão preparadas a posição. "No caso de Salvador, o orçamento é de R\$ 12,5 bilhões. O caixa é de mais de R\$ 3 bilhões. Independentemente do gênero, é preciso uma pessoa que possa gerenciar isso."

A decana do grupo, Ana Maria Pellini, de 70 anos, secretária da Fazenda de Porto Alegre, tem longa trajetória no Poder Executivo e foi pioneira em vários postos bem antes de chegar à Fazenda da capital gaúcha. "Eu fui a primeira mulher em vários cargos. No Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul fui a primeira diretora-geral mulher. Na Secretaria da Segurança Pública fui a primeira mulher que foi diretora-geral, e fui como secretária da pasta em um curto período, quando fui também a primeira mulher a exercer o cargo. A primeira e única, porque depois disso não teve mais", disse.

Natural de Caxias do Sul (RS), Pellini se mudou para a capital do Estado com 18 anos para estudar ciências contábeis na UFRGS, quando ingressou na Secretaria Estadual da Fazenda, como operadora de máquina de contabilidade, cargo que "agora está nos museus", brinca. Ela tem também experiência no governo federal, no qual foi secretária-executiva nos ministérios de Meio Ambiente e Cidadania.

Nascida no Distrito Federal, Victer também atuou na

esfera federal. Formada em ciência política na Universidade de Brasília, ocupou cargo em comissão na Secretaria-geral da Presidência da República entre 2000 e 2002. Após mestrado no exterior,

passou em concurso público federal como especialista em políticas públicas e gestão governamental, trabalhou no Ministério das Cidades e conheceu a forma de atuação das prefeituras. O convite para a Secretaria de Fazenda de Niterói, conta, veio a partir dessa experiência.

Secretária de Fazenda da Prefeitura do Rio de Janeiro, Andrea Senko, hoje com 56 anos, tem trajetória que se conecta com a de várias mulheres. Formada em economia pela PUC-RJ, ela trabalhou de 1991 a 1998 no setor privado. Quando nasceu a primogênita de seus três filhos, optou por se dedicar à família. "Tive a oportunidade de dar uma pausa na minha carreira e quando quis retornar, foi mais difícil conseguir uma oportunidade no setor privado. Fiquei quase dez anos fora. Era uma grande dificuldade é mostrar para o mercado que a energia, a vontade de trabalhar e a ambição continuam." Foi então que Senko prestou concurso estadual para analista de gestão e planejamento no Rio de Janeiro. "Não me arrependo. Voltei a estudar, abri um mundo novo para mim."

Senko trabalhou inicialmente na Secretaria estadual de Planejamento. Depois a pasta foi unificada à da Fazenda, após a crise econômica em 2015 e 2016, quando o **PIB** caiu mais de 7% no acumulado de dois anos. Por causa dessa crise, vários Estados e municípios unificaram as duas secretarias. Senko atuou no ingresso do Estado do Rio no Regime de Recuperação Fiscal e foi a primeira conselheira do regime indicada pelo governador do Estado. Depois, em

2021, foi convidada a trabalhar na Fazenda da capital fluminense no time do deputado Pedro Paulo, à época secretário de Fazenda do município. Quando ele deixou o cargo para disputar o quarto mandato como deputado federal, Senko foi para o comando da secretaria, em abril de 2022. Hoje são 900 servidores na pasta, que gere orçamento total da prefeitura de R\$ 47 bilhões.

O caminho do governo estadual ao municipal também foi percorrido por Roncalio, da Fazenda de Florianópolis. Aos 46 anos hoje, é a mais jovem do grupo de cinco secretárias. No comando da pasta desde março de 2023, também foi reconduzida no atual mandato.

Antes disso fez carreira no governo de Santa Catarina, no qual ingressou em 2004 como auditora de finanças,

após concurso logo após a formação em ciências contábeis. "Fui trilhando dentro da carreira, fui diretora do Tesouro do Estado, em 2018, e acumulei, até 2019, esse cargo com o de secretária adjunta da Fazenda estadual." Roncalio lembra que permaneceu como secretária adjunta do Estado até 2022, mesmo com a mudança partidária à frente do governo estadual, com a saída de Eduardo Moreira (MDB), ao fim de 2018, e a posse de Carlos Moisés (PSL), no início de 2019.

"O governador que estava na época não fazia parte da aliança que elegeu o governador seguinte. Mesmo assim, o governador que levou a eleição em 2018 me convidou para continuar", conta. Até hoje, diz, o governo catarinense nunca teve uma mulher como titular da Fazenda. Roncalio foi a primeira mulher que exerceu interinamente o cargo em período de férias, em 2022, do então titular, Paulo Eli. Foi nesse período, recorda, que teve que atuar na negociação de uma alteração de ICMS que teve efeito no preço de produtos alimentícios. Roncalio diz que precisou cobrar de deputados estaduais e produtores a negociação feita em reunião com o governador. "Tive que firmar a posição e mostrar que realmente não estava ali como alguém para fazer foto."

Victor, secretária em Salvador, diz que nunca foi preterida por ser mulher. Mas há, diz, uma personalização da atuação profissional da mulher. "Na Fazenda, nossa principal atividade é recolher **impostos**. É missão inglória, de retirar recursos da sociedade e colocá-los em um escopo imenso de necessidades. O que no homem é visto como qualidade, como firmeza, decisão e segurança, na mulher esses adjetivos tomam conotação mais pejorativa, porque ela é radical, irredutível."

Formada em ciências contábeis, Hokama, da Fazenda de Campo Grande, entrou no setor público com 15 anos, como assistente administrativa mirim no Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, onde aos 21 passou no concurso para se tornar auditora. Lá, foi diretora de contabilidade, orçamento e finanças por mais de 20 anos.

A campo-grandense diz que percebe cobrança maior, refletida até no vestir, que aumenta o fardo de se provar capaz. "A mulher tem que andar bonita, arrumada, ser competente, saber se portar." Ainda assim, aos 56 anos, ela vê avanços. Os homens, diz, já aceitam ser "incomodados por mulheres", e os inteligentes percebem que os novos espaços ocupados por elas não significam tomada de seus "lugares".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188133?page=1§ion=1>

FGTS liberado poderá ser usado para abater dívidas

MAYRA CASTRO, MARCOS FURTADO E BRUNA LESSA

O pagamento da primeira etapa dos recursos retidos no **FGTS** para quem aderiu ao **saque-aniversário** começou ontem. O saldo poderá ser usado para amortizar dívidas, como o cheque especial, para clientes com o saldo negativo.

Nessa primeira etapa, será paga uma parcela de até R\$ 3 mil para os trabalhadores que foram demitidos sem justa causa de 2020 para cá. Mesmo quem tiver mais a receber poderá resgatar esse valor. O restante será pago a partir de junho.

De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), para o cliente é vantajoso amortizar esse tipo de dívida, pois reduz consideravelmente os juros e impede que o cliente arque com os encargos financeiros, que são bem mais elevados nas linhas de crédito emergenciais, como cheque especial.

Muitos usuários relataram dificuldades para acessar o aplicativo, encontrando erros no sistema, saldo inexistente e longas filas de espera. O site Downdetector, que monitora serviços on-line, registrou um pico de 294 reclamações por volta das 13h31. Entre os principais problemas apontados estão falhas no login (82% das queixas), dificuldades em operações no internet banking (15%) e problemas no pagamento de contas (3%). Além do aplicativo do **FGTS**, o Caixa Tem também apresentou instabilidade.

A Caixa informou que "devido ao alto volume de acessos, o app **FGTS** apresentou intermitência". O banco ressalta que os valores do **FGTS** estão assegurados. "No caso de o trabalhador não conseguir acessar o app **FGTS**, novo acesso poderá ser realizado em alguns minutos."

SEM INFORMAÇÃO

A conta na qual será depositado o benefício será a indicada pelo trabalhador no aplicativo do **FGTS** e pode ser conta poupança, de pagamento ou conta corrente de qualquer instituição financeira ou de pagamento.

Caso o cliente não tenha cadastrado uma conta no aplicativo, o acesso ao benefício pode ser feito nas agências da Caixa e nas Lotéricas.

Nas filas das lotéricas da cidade do Rio, muitos trabalhadores não sabiam da liberação do recurso a quem aderiu ao **saque-aniversário**. A cuidadora de idosos Ana Carolina Viana, de 27 anos, soube da novidade enquanto estava na fila de uma lotérica. Em 2021, ela foi demitida do seu antigo trabalho como operadora de caixa. Na época, havia cerca de R\$ 1 mil depositados em sua conta do **FGTS** mas, por ter optado pelo **saque-aniversário**, não conseguiu retirar o saldo total quando perdeu o emprego.

O **saque-aniversário** permite retiradas anuais de parte do saldo, mas impede o acesso ao valor integral em caso de demissão sem justa causa. Para voltar ao saque-rescisão, o modelo tradicional, existe um período de carência.

A ex-operadora de caixa admitiu que não conhecia as regras ao aderir a essa modalidade de saque e só descobriu depois que não poderia sacar o valor integral ao ser demitida. Caso tivesse essa informação antes, Ana teria feito uma escolha diferente:

- Eu não pude sacar quase R\$ 1 mil na minha conta. Estava contando com esse valor, mas tive acesso apenas à minha rescisão. Se soubesse que meu dinheiro ficaria retido, não teria aderido ao **saque-aniversário**.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB avança 3,4% em 2024: por que Brasil deve crescer menos este ano, em meio à incerteza Trump

A economia brasileira cresceu 0,2% no quarto trimestre de 2024, em relação ao trimestre anterior, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira (7/3).

O avanço ficou abaixo do esperado pelos analistas (0,4%), e representa uma desaceleração em relação à alta de 0,7% registrada no terceiro trimestre de 2024 (o dado foi revisado, ante 0,9% divulgado antes pelo IBGE).

Com o resultado do quarto trimestre, o Produto Interno Bruto (**PIB**), soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país, cresceu 3,4% no ano de 2024 como um todo, acima da alta de 3,2% registrada em 2023 e melhor resultado para a economia desde 2021 - quando o **PIB** cresceu 4,8%, após tobo em 2020 devido à pandemia.

No ano passado, o crescimento da economia foi puxado pelos investimentos (com alta de 7,3% no ano) e pelo consumo das famílias (4,8%), com o consumo do governo em alta de 1,9%.

O setor externo teve contribuição negativa, com as importações (em alta de 14,7%) superando o avanço das exportações (2,9%) ao longo do ano, o que também é um sinal da demanda interna aquecida.

Pelo lado da oferta, o destaque em 2024 foram os serviços (3,7%), com a indústria em alta de 3,3% e a agropecuária em queda de 3,2%, refletindo a safra menor e os problemas climáticos que afetaram diversas culturas.

Mas os economistas alertam: o forte desempenho do **PIB** em 2024 não deve se repetir este ano, em meio aos juros altos, perda de poder de compra das famílias devido à **inflação**, desaceleração do crédito e ao cenário externo mais incerto, após a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos.

Nesta quinta-feira (6/3), o governo anunciou um conjunto de medidas para diminuir o preço dos alimentos, incluindo a eliminação de **impostos** de importação sobre dez produtos e maior foco no financiamento do Plano Safra.

A preocupação com as contas públicas do governo federal também pesa este ano, após o anúncio de novos estímulos fiscais por Lula e da nomeação de Gleisi Hoffmann como ministra das Relações Institucionais, o que é percebido por economistas como um fator de enfraquecimento para a agenda de controle do déficit público perseguida pelo ministro da Economia, Fernando Haddad.

Crítica às medidas fiscais de Haddad, Gleisi chegou a ter embates públicos com o ministro enquanto ocupava o cargo de presidente do PT. Mas, depois de sua nomeação ao ministério, disse não ter sido nomeada para tratar de economia.

É um mundo com mais incerteza, porque Trump traz instabilidade, diz Sílvia Mattos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

E o governo aqui, em vez de colaborar, de trazer tranquilidade aos investidores de que vamos acertar nossos caminhos, também age de forma muito confusa. Então, realmente, 2025 promete ser um ano muito mais complicado.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, observa que o **PIB** cresceu em 2024, puxado pelo investimento e consumo, em grande medida devido ao efeito da expansão do gasto público em 2023 e no início de 2024.

Entre esses estímulos, pesaram para o bom desempenho: o pagamento de R\$ 90 bilhões em precatórios (dívidas da União já reconhecidas pela Justiça, sem possibilidade de novos recursos) após uma decisão do Supremo Tribunal Federal; o aumento do salário mínimo acima da **inflação** em 2024; a antecipação do 13º dos aposentados; além do Bolsa Família turbinado, de no mínimo R\$ 600.

Tudo isso, em meio a um mercado de trabalho forte, com a taxa de desemprego nas mínimas históricas ao longo de boa parte do ano e do crescimento da renda.

Vemos isso [o efeito dos estímulos], particularmente,

por conta de um crescimento mais forte em regiões que têm uma dependência mais forte do Estado, como o Nordeste, enquanto o Centro-Oeste desacelerou, com um efeito mais fraco do agronegócio, devido à quebra de produção , diz Vale.

Já o investimento foi turbinado pela melhora do crédito e pela retomada na produção de caminhões, observa Mattos, da FGV. Isso após uma forte queda registrada em 2023, em meio à migração do setor para um padrão de motor menos poluente (o Euro 6), mas mais caro.

Os economistas avaliam, porém, que esses efeitos não devem se repetir em 2025, e projetam um crescimento do **PIB** na faixa entre 1,5% e 2% este ano.

Não vai ser melhor do que isso, porque justamente o consumo e o investimento tendem a ser afetados tanto pela alta dos juros, como pela desaceleração do crescimento do gasto , diz Vale.

O governo fez um impulso fiscal muito forte em 2023 e 2024, e não tem mais espaço para isso.

A coordenadora do Boletim Macro do Ibre-FGV observa que os primeiros sinais de desaceleração já estão visíveis no resultado mais fraco do **PIB** no quarto trimestre de 2024.

Tem algum efeito da subida de juros já, a perda de efeito dos estímulos fiscais ao longo do ano, o crédito que cresceu muito e agora dá sinais de acomodação, a **inflação** corroendo o poder de compra , e, no final do ano, a eleição de Trump, trazendo muita volatilidade , enumera Mattos.

Então aquela melhora que ocorreu ao longo de 2024 foi perdendo força. Quem estava para tomar decisões de investimento, toma mais cautela. E você começa a ver esses sinais de desaceleração , observa a economista.

O grande fator de incerteza para 2025, avalia Mattos, é o efeito que a nova rodada de estímulos fiscais do governo terá sobre a economia.

Diante da perspectiva de desaceleração da atividade e da perda de popularidade de Lula às vésperas das eleições de 2026, o governo federal tem anunciado nas últimas semanas uma série de medidas, que vêm sendo chamadas de pacote de bondades .

Entre elas estão o Programa Pé-de-Meia , a ampliação da lista de medicamentos gratuitos no Farmácia Popular, uma nova modalidade de crédito consignado para trabalhadores com carteira assinada e a liberação

para saque do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) para trabalhadores que optaram pelo **saque-aniversário**.

O governo está fazendo um esforço para estimular a economia e a gente não sabe quanto ele vai conseguir , diz a analista.

Mas o que podemos dizer nesse momento é que essa política de tentar compensar [a perda de ritmo da atividade] é um tiro no pé, porque ela alimenta mais a **inflação**.

Assim, o ano deve ser de cabo de guerra entre o Banco Central tentando controlar a **inflação** através de alta dos juros - que encarece o crédito, deixando mais caro para as famílias emprestar para consumir e para as empresas investirem, o que esfria a economia - e o governo tentando estimular a atividade econômica através de medidas que envolvem mais gasto público.

O problema todo é que, quando o governo faz essa queda de braço, enquanto o Banco Central está jogando água no incêndio, o governo está botando mais gasolina , diz Mattos.

Com isso, o Banco Central pode até ter que subir mais os juros, porque a **inflação** pode ficar mais resistente ainda, e as expectativas para o futuro e as curvas de juros ficam mais pressionadas.

A Selic, taxa básica de juros da economia , está atualmente em 13,25% ao ano, mas os economistas já esperam que ela encerre 2025 em 15%, segundo o boletim Focus do Banco Central, publicação que recolhe expectativas dos agentes de mercado.

E a guerra comercial de Trump, com perspectiva de novas tarifas sobre importação que podem afetar o Brasil a partir de abril, adicionam incerteza nesse cenário.

O efeito mais negativo é para a própria economia americana , avalia Vale.

No nosso caso, os produtos que vão ser afetados, que naturalmente não têm alternativa de exportação, especialmente na indústria [como o aço e o alumínio], colocam um sentido de piora adicional [da atividade], num momento de desaceleração da economia , observa o economista.

Segundo Vale, o conjunto de medidas tomadas por Trump é tão disruptivo , que é possível que os Estados Unidos caminhem para um quadro de recessão, o que afetaria o mundo todo.

Isso significaria câmbio mais depreciado aqui, por conta da percepção de risco, mais juros, por conta do cenário de **inflação** que ainda permanece, diz Vale.

É um cenário que traz riscos adicionais para 2025 e coloca uma certa clareza de que o **PIB** esse ano, de fato, vai crescer menos.

Assim, o governo caminha para chegar a 2026 pressionado pela queda de aprovação de Lula e por uma economia perdendo força, com **inflação** ainda alta.

O governo Lula 3 tem uma particularidade: ele quebrou a lógica do ciclo econômico, porque ele inicia o mandato com expansão de gastos, observa Rafael Cortez, sócio e cientista político na Tendências Consultoria.

Ele lembra que o mais comum é um aperto de gastos no início de mandatos, com mais despesas próximas ao período eleitoral.

Segundo Cortez, essa quebra do ciclo explica a sinuca em que o governo se encontra atualmente, dividido entre a necessidade de mostrar controle das contas públicas em meio ao aumento da percepção de risco, e a pressão por mais gastos, frente à perda de popularidade de Lula.

Obviamente, mesmo com todas essas dificuldades, isso não significa que o governo já perdeu a eleição. Porque o quadro político também é complicado do lado da oposição, diz o analista.

Então os dilemas dentro da direita, envolvendo o ex-presidente Bolsonaro, são, de alguma maneira, um antídoto para minimizar esse quadro econômico que pode não ser favorável ao governo, seja pela **inflação** mais alta, seja, eventualmente, por uma desaceleração da economia.

Ainda assim, avalia Cortez, o governo parece ter ligado o modo alarme de incêndio diante das últimas pesquisas de popularidade, e pode tomar decisões prejudiciais.

Me parece ser um governo que já começou a fazer campanha, e não trazer um diagnóstico de como resolver a equação, seja na economia, seja na política, diz o cientista político.

De modo mais direto: parece que o governo realmente acreditou que é simplesmente um problema de comunicação. E, com essa estratégia, ele corre o risco de, lá na frente [em 2026], ter uma economia crescendo menos, no momento em que o eleitor vai fazer sua escolha.

A economia brasileira cresceu 0,2% no quarto trimestre de 2024, em relação ao trimestre anterior, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira (7/3).

O avanço ficou abaixo do esperado pelos analistas (0,4%), e representa uma desaceleração em relação à alta de 0,7% registrada no terceiro trimestre de 2024 (o dado foi revisado, ante 0,9% divulgado antes pelo IBGE).

Com o resultado do quarto trimestre, o Produto Interno Bruto (**PIB**), soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país, cresceu 3,4% no ano de 2024 como um todo, acima da alta de 3,2% registrada em 2023 e melhor resultado para a economia desde 2021 - quando o **PIB** cresceu 4,8%, após tombo em 2020 devido à pandemia.

No ano passado, o crescimento da economia foi puxado pelos investimentos (com alta de 7,3% no ano) e pelo consumo das famílias (4,8%), com o consumo do governo em alta de 1,9%.

O setor externo teve contribuição negativa, com as importações (em alta de 14,7%) superando o avanço das exportações (2,9%) ao longo do ano, o que também é um sinal da demanda interna aquecida.

Pelo lado da oferta, o destaque em 2024 foram os serviços (3,7%), com a indústria em alta de 3,3% e a agropecuária em queda de 3,2%, refletindo a safra menor e os problemas climáticos que afetaram diversas culturas.

Mas os economistas alertam: o forte desempenho do **PIB** em 2024 não deve se repetir este ano, em meio aos juros altos, perda de poder de compra das famílias devido à **inflação**, desaceleração do crédito e ao cenário externo mais incerto, após a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos.

Nesta quinta-feira (6/3), o governo anunciou um conjunto de medidas para diminuir o preço dos alimentos, incluindo a eliminação de **impostos** de importação sobre dez produtos e maior foco no financiamento do Plano Safra.

A preocupação com as contas públicas do governo federal também pesa este ano, após o anúncio de novos estímulos fiscais por Lula e da nomeação de Gleisi Hoffmann como ministra das Relações Institucionais, o que é percebido por economistas como um fator de enfraquecimento para a agenda de controle do déficit público perseguida pelo ministro da Economia, Fernando Haddad.

Crítica às medidas fiscais de Haddad, Gleisi chegou a ter embates públicos com o ministro enquanto ocupava o cargo de presidente do PT. Mas, depois de sua nomeação ao ministério, disse não ter sido nomeada para tratar de economia.

É um mundo com mais incerteza, porque Trump traz instabilidade, diz Silvia Mattos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV).

E o governo aqui, em vez de colaborar, de trazer tranquilidade aos investidores de que vamos acertar nossos caminhos, também age de forma muito confusa. Então, realmente, 2025 promete ser um ano muito mais complicado.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, observa que o **PIB** cresceu em 2024, puxado pelo investimento e consumo, em grande medida devido ao efeito da expansão do gasto público em 2023 e no início de 2024.

Entre esses estímulos, pesaram para o bom desempenho: o pagamento de R\$ 90 bilhões em precatórios (dívidas da União já reconhecidas pela Justiça, sem possibilidade de novos recursos) após uma decisão do Supremo Tribunal Federal; o aumento do salário mínimo acima da **inflação** em 2024; a antecipação do 13º dos aposentados; além do Bolsa Família turbinado, de no mínimo R\$ 600.

Tudo isso, em meio a um mercado de trabalho forte, com a taxa de desemprego nas mínimas históricas ao longo de boa parte do ano e do crescimento da renda.

Vemos isso [o efeito dos estímulos], particularmente, por conta de um crescimento mais forte em regiões que têm uma dependência mais forte do Estado, como o Nordeste, enquanto o Centro-Oeste desacelerou, com um efeito mais fraco do agronegócio, devido à quebra de produção, diz Vale.

Já o investimento foi turbinado pela melhora do crédito e pela retomada na produção de caminhões, observa Mattos, da FGV. Isso após uma forte queda registrada em 2023, em meio à migração do setor para um padrão de motor menos poluente (o Euro 6), mas mais caro.

Os economistas avaliam, porém, que esses efeitos não devem se repetir em 2025, e projetam um crescimento do **PIB** na faixa entre 1,5% e 2% este ano.

Não vai ser melhor do que isso, porque justamente o consumo e o investimento tendem a ser afetados tanto pela alta dos juros, como pela desaceleração do

crescimento do gasto, diz Vale.

O governo fez um impulso fiscal muito forte em 2023 e 2024, e não tem mais espaço para isso.

A coordenadora do Boletim Macro do Ibre-FGV observa que os primeiros sinais de desaceleração já estão visíveis no resultado mais fraco do **PIB** no quarto trimestre de 2024.

Tem algum efeito da subida de juros já, a perda de efeito dos estímulos fiscais ao longo do ano, o crédito que cresceu muito e agora dá sinais de acomodação, a **inflação** corroendo o poder de compra, e, no final do ano, a eleição de Trump, trazendo muita volatilidade, enumera Mattos.

Então aquela melhora que ocorreu ao longo de 2024 foi perdendo força. Quem estava para tomar decisões de investimento, toma mais cautela. E você começa a ver esses sinais de desaceleração, observa a economista.

O grande fator de incerteza para 2025, avalia Mattos, é o efeito que a nova rodada de estímulos fiscais do governo terá sobre a economia.

Diante da perspectiva de desaceleração da atividade e da perda de popularidade de Lula às vésperas das eleições de 2026, o governo federal tem anunciado nas últimas semanas uma série de medidas, que vêm sendo chamadas de pacote de bondades.

Entre elas estão o Programa Pé-de-Meia, a ampliação da lista de medicamentos gratuitos no Farmácia Popular, uma nova modalidade de crédito consignado para trabalhadores com carteira assinada e a liberação para saque do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) para trabalhadores que optaram pelo **saque-aniversário**.

O governo está fazendo um esforço para estimular a economia e a gente não sabe quanto ele vai conseguir, diz a analista.

Mas o que podemos dizer nesse momento é que essa política de tentar compensar [a perda de ritmo da atividade] é um tiro no pé, porque ela alimenta mais a **inflação**.

Assim, o ano deve ser de cabo de guerra entre o Banco Central tentando controlar a **inflação** através de alta dos juros - que encarece o crédito, deixando mais caro para as famílias emprestar para consumir e para as empresas investirem, o que esfria a economia - e o governo tentando estimular a atividade econômica através de medidas que envolvem mais gasto público.

O problema todo é que, quando o governo faz essa queda de braço, enquanto o Banco Central está jogando água no incêndio, o governo está botando mais gasolina, diz Mattos.

Com isso, o Banco Central pode até ter que subir mais os juros, porque a **inflação** pode ficar mais resistente ainda, e as expectativas para o futuro e as curvas de juros ficam mais pressionadas.

A Selic, taxa básica de juros da economia, está atualmente em 13,25% ao ano, mas os economistas já esperam que ela encerre 2025 em 15%, segundo o boletim Focus do Banco Central, publicação que recolhe expectativas dos agentes de mercado.

E a guerra comercial de Trump, com perspectiva de novas tarifas sobre importação que podem afetar o Brasil a partir de abril, adicionam incerteza nesse cenário.

O efeito mais negativo é para a própria economia americana, avalia Vale.

No nosso caso, os produtos que vão ser afetados, que naturalmente não têm alternativa de exportação, especialmente na indústria [como o aço e o alumínio], colocam um sentido de piora adicional [da atividade], num momento de desaceleração da economia, observa o economista.

Segundo Vale, o conjunto de medidas tomadas por Trump é tão disruptivo, que é possível que os Estados Unidos caminhem para um quadro de recessão, o que afetaria o mundo todo.

Isso significaria câmbio mais depreciado aqui, por conta da percepção de risco, mais juros, por conta do cenário de **inflação** que ainda permanece, diz Vale.

É um cenário que traz riscos adicionais para 2025 e coloca uma certa clareza de que o **PIB** esse ano, de fato, vai crescer menos.

Assim, o governo caminha para chegar a 2026 pressionado pela queda de aprovação de Lula e por uma economia perdendo força, com **inflação** ainda alta.

O governo Lula 3 tem uma particularidade: ele quebrou a lógica do ciclo econômico, porque ele inicia o mandato com expansão de gastos, observa Rafael Cortez, sócio e cientista político na Tendências Consultoria.

Ele lembra que o mais comum é um aperto de gastos no início de mandatos, com mais despesas próximas

ao período eleitoral.

Segundo Cortez, essa quebra do ciclo explica a sinuca em que o governo se encontra atualmente, dividido entre a necessidade de mostrar controle das contas públicas em meio ao aumento da percepção de risco, e a pressão por mais gastos, frente à perda de popularidade de Lula.

Obviamente, mesmo com todas essas dificuldades, isso não significa que o governo já perdeu a eleição. Porque o quadro político também é complicado do lado da oposição, diz o analista.

Então os dilemas dentro da direita, envolvendo o ex-presidente Bolsonaro, são, de alguma maneira, um antídoto para minimizar esse quadro econômico que pode não ser favorável ao governo, seja pela **inflação** mais alta, seja, eventualmente, por uma desaceleração da economia.

Ainda assim, avalia Cortez, o governo parece ter ligado o modo alarme de incêndio diante das últimas pesquisas de popularidade, e pode tomar decisões prejudiciais.

Me parece ser um governo que já começou a fazer campanha, e não trazer um diagnóstico de como resolver a equação, seja na economia, seja na política, diz o cientista político.

De modo mais direto: parece que o governo realmente acreditou que é simplesmente um problema de comunicação. E, com essa estratégia, ele corre o risco de, lá na frente [em 2026], ter uma economia crescendo menos, no momento em que o eleitor vai fazer sua escolha.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

PIB avança 3,4% em 2024: por que Brasil deve crescer menos este ano, em meio à incerteza Trump

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2025/03/7078453-pib-avanca-34-em-2024-por-que-brasil-deve-crescer-menos-este-ano-em-meio-a-incerteza-trump.html>

Controle de gastos públicos deixou de ser pauta impopular (Artigo)

RICARDO CORRÊA

RICARDO CORRÊA COORDENADOR DE POLÍTICA EM SÃO PAULO NO ESTADÃO E COMENTARISTA NA ELDORADO

Foi-se o tempo em que o eleitor se preocupava somente com o dinheiro que estava em seu bolso.

Se a **inflação**, sobretudo de alimentos, continua sendo fator preponderante para mover os humores do brasileiro, dados revelados em uma pesquisa nesta semana indicam que também aquele dinheiro igualmente dele, mas que está nas mãos dos governantes, importa cada vez mais ao contribuinte.

Falta, porém, que seus representantes enxerguem essa importância dada ao controle de gastos, pauta historicamente considerada impopular.

Os dados da pesquisa Atlas, produzida para o programa GPS CNN, trazem recados importantes nas entrelinhas. O principal deles, o de que "a responsabilidade fiscal, o controle de gastos" é a área do governo mais citada pelo eleitor como pior do que na gestão anterior.

São 51% os que acham que Lula faz um trabalho pior nessa área, ante 35% dos que acham que é melhor que o de Bolsonaro.

Além disso, 39,5% (o maior percentual) acreditam que a **reforma ministerial** deveria ter como prioridade a redução do número de pastas e a diminuição dos custos da máquina pública. Enquanto isso, são 36,2% os que citam a melhoria na articulação do governo e 24,3% a necessidade de colocar nomes técnicos nas pastas.

Também é importante entender o recado daqueles que colocam a ministra do Planejamento, Simone Tebet, em seu trabalho discreto no governo, como bem avaliada. São 62% os que citam seu trabalho como ótimo/ bom. Como o trabalho de Tebet não é daqueles que aparecem no holofote, é bem razoável imaginar que sua avaliação positiva se dá justamente pela postura pretérita de defesa de um controle mais rigoroso das contas.

Apesar de todas essas mensagens, Lula parece

continuar confiando que os programas populares que aliviam o bolso do contribuinte ao mesmo tempo que pesam cada vez mais nos cofres do governo serão suficientes para levá-lo a uma melhoria de popularidade.

É até provável que isso aconteça em algum grau, mas o eleitor quer mais. E não será com a escolha de uma crítica do ministro Fernando Haddad e defensora da ampliação dos gastos, como Gleisi Hoffmann, que esse objetivo pleno será alcançado. Se Guilherme Boulos também for ao governo, estará reforçada essa decisão contrária ao controle de gastos com o aumento da tropa de choque contra o ajuste fiscal.

O Executivo não está sozinho no pouco-caso com o dinheiro público. O maior exemplo desse descaso está no Legislativo, que ainda não aprovou um Orçamento que deveria estar em vigor desde janeiro. Enquanto isso, batalhou nos bastidores por garantir que suas emendas sejam pagas mesmo com dribles à lei da transparência.

Sem votar o Orçamento, a base governista passou os últimos meses discutindo as eleições no Congresso e a **reforma ministerial**. E a oposição entrega seu foco a uma batalha desesperada de Bolsonaro para evitar condenações e a prisão.

Num passo correto ao exigir transparência nas emendas do antigo orçamento secreto, o Judiciário também não tem dado o exemplo. Neste caso, sendo condescendente e principal beneficiário dos supersalários no serviço público, em especial nos tribunais do País, onde remunerações driblam o teto com penduricalhos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Contra inflação, governo zera alíquota para importar alimentos

Com os alimentos pressionando os índices de **inflação** - e, por consequência, a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva -, o governo anunciou na noite de ontem medidas para tentar baixar os preços no varejo. Elas foram apresentadas pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, que anunciou a zeragem do Imposto de Importação sobre diversos alimentos. A lista inclui carne, café, açúcar, milho, óleo de girassol, azeite, óleo de palma, sardinha, biscoito e massas alimentícias.

A medida deverá passar ainda pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) antes de entrar em vigor. "É questão de dias", disse Alckmin, depois de se reunir com representantes do agronegócio. Também participaram da reunião os ministros Rui Costa (Casa Civil), Carlos Fávaro (Agricultura) e Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário). Nem Lula nem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estiveram presentes no anúncio das medidas.

Lula, que lida hoje com o menor patamar de popularidade de seus três governos, tem pressa para reverter o aumento dos alimentos. No ano passado, a **inflação** teve alta de 4,83%, puxada principalmente pelo grupo alimentação e bebidas, que subiu 7,69%. Dentro desse grupo, o item "alimentação no domicílio" avançou 8,23% - ante queda de 0,5% em 2023.

Segundo analistas, essa questão teria afetado especialmente a base eleitoral de Lula, incluindo eleitores que tradicionalmente apoiam o PT, como pessoas de menor renda e moradores do Nordeste.

Questionado, Alckmin negou que tenham sido discutidas medidas para controlar as exportações de alimentos. Ele fez ainda pedido para que os Estados zerem agora o ICMS incidente sobre itens da cesta básica (mais informações na pág. B2).

Além da redução das alíquotas de importação, o governo disse que dará prioridade para produtos da cesta básica no financiamento do Plano Safra e que pretende fortalecer os estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Já o Ministério da Agricultura vai acelerar a análise de questões fitossanitárias em relação a outros países que comercializam com o Brasil.

"Às vezes, tem país que não pode vender para o

Brasil, mas vai acelerar a análise dessa questão", explicou Alckmin.

FISCALIZAÇÃO. Nessa mesma linha, o governo vai equiparar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi), que concede o selo nacional, de forma a acelerar o processo. A medida, que vai durar um ano, será válida apenas para produtos que não envolvem risco de precarização sanitária - caso do leite, do mel e dos ovos, citou Fávaro. I CAIO SPECHOTO, AMANDA PUPO, SOFIAR AGUIAR e GIORDANNA NEVES

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economistas avaliam que medidas não irão derrubar os preços

MÁRCIA DE CHIARA

Economistas e representantes do agronegócio consideraram as medidas anunciadas ontem pelo governo inócuas e pouco relevantes para reverter a alta dos preços no curto prazo. Para José Carlos Hausknecht, economista da MB Agro, uma avaliação preliminar indica que as medidas não devem ter efeito significativo sobre a oferta de alimentos nos próximos meses.

"Algumas não vão ter impacto nem no longo prazo", diz ele, citando a zeragem do Imposto de Importação sobre carne, café e açúcar. Como o Brasil é o maior produtor mundial desses itens, diz ele, é muito difícil ter um volume significativo disponível para importar esses produtos, mesmo com a alíquota zero de importação.

Em relação ao óleo de girassol, cuja alíquota de importação também foi eliminada, ele diz que, além de ser um produto muito caro, é pouco consumido no País. "Só a zeragem da alíquota de importação sobre as massas alimentícias teria algum efeito." "As medidas são pouco relevantes", afirma o economista Silvio Campos Neto, sócio da consultoria Tendências. Segundo ele, a **inflação** da comida está ligada a fatores estruturais de oferta e demanda, cuja solução passa pelo aumento da área de plantio e da produção - com efeitos no longo prazo.

Além disso, ele lembra que fatores climáticos e do próprio ciclo de produção, no caso da carne, afetam as safras.

Outra medida proposta pelo governo, o fortalecimento dos estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é avaliado por Hausknecht, da MB Agro, como ineficaz neste momento. Para formar estoques reguladores, diz, o governo tem de entrar comprando produtos, o que tende a elevar os preços de mercado. Num contexto de cotações em alta, isso impulsionaria a **inflação**. "É mais fácil falar do que fazer." **AÇÚCAR.** Também na avaliação de entidades do agronegócio as iniciativas devem apresentar pouco impacto. No caso do açúcar, a alíquota de importação sairia de 14% para zero. O presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA), Evando Gussi, disse que foi uma boa alternativa encontrada pelo governo. Porém, ele lembrou que

ainda é cedo para ver os resultados, já que atualmente o Brasil não importa o produto.

"Não existe esse fluxo (de importação de açúcar) hoje. Nós não temos, por exemplo, séries históricas que possam prever qual será o comportamento (se houver a necessidade de importar).

Então, vamos ter de observar agora como esses fluxos vão acontecer", disse ele. | COLABOROU DAUMILDO JÚNIOR/BRASÍLIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O contra-ataque à inflação da comida - CELSO MING

CELSO MING

Preocupado com a escalada dos preços dos alimentos e com o mergulho em queda livre dos índices de aprovação popular, o governo enfim baixou medidas destinadas a baratear os preços da comida.

As decisões mais importantes foram as que zeraram o Imposto de Importação (taxa alfandegária) do café, carnes, sardinha, milho, açúcar, massas alimentícias, biscoito e óleos vegetais, como os azeites de oliva e de dendê e o óleo de girassol.

A intenção é empurrar os governadores a baixar também o ICMS desses produtos.

O efeito colateral será o desestímulo ao produtor nacional, especialmente de café, carnes, açúcar, milho, massas e de óleos vegetais. Com isso, o governo não se importa em acirrar contra ele os ânimos do agronegócio.

Não está claro como funcionará o fortalecimento dos estoques da Conab e o estímulo à produção dos mais importantes itens da cesta básica.

A questão central é a de que o governo não ataca as causas primárias da **inflação** dos alimentos nem as da menos falada **inflação** de serviços. Elas têm três causas.

A menos importante delas tem a ver com as condições climáticas, que encareceram o café, as verduras e, em parte, as carnes.

As outras duas são consequência de opções de política econômica. É o governo gastando demais - o que leva o nome técnico de expansão do déficit das contas públicas. E é o despejo de generosidades populistas com objetivo eleitoral, como o reforço no Bolsa Família, antecipação de pagamentos para pensionistas e aposentados, saques do Fundo de Garantia pelos trabalhadores, benefícios para os estudantes (Pé de Meia) e expansão do crédito consignado.

Essas iniciativas criam demanda, que não vêm acompanhadas por maior produção de mercadorias e serviços. É efeito que ajuda a manter aquecida a procura de mão de obra que, por sua vez, também cria

demanda.

Há meses, o desemprego encontra-se nos níveis históricos mais baixos. Nessas condições, a **inflação** fica inevitável e é apenas agravada por outros fatores.

É um ambiente que cria distorções.

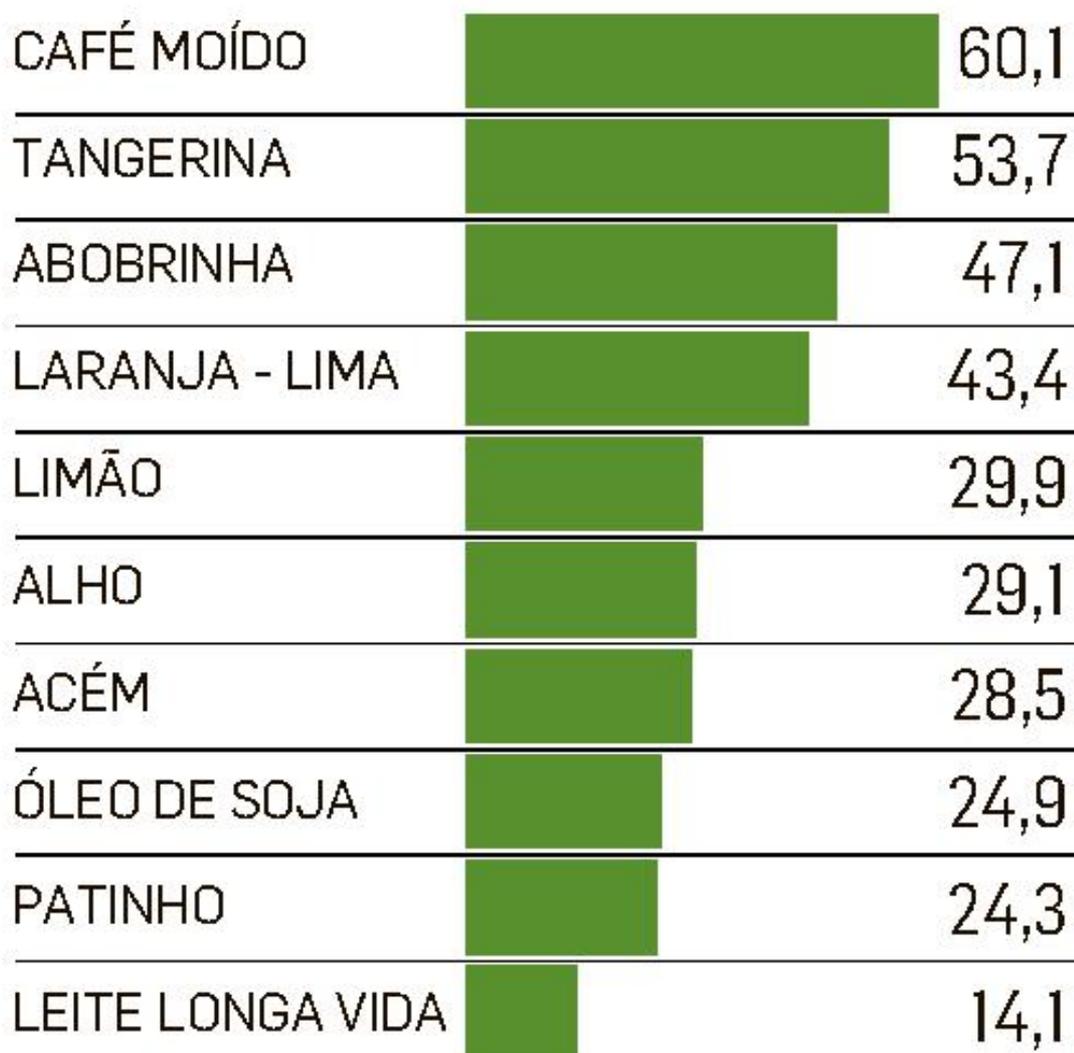
Uma delas é a contradição de macro-objetivos. Enquanto o governo inunda o mercado com dinheiro, o Banco Central, cuja função é atacar a **inflação**, mantém ligadas às bombas de sucção, puxa pelos juros que encarecem o crédito, realimentam as dívidas e tentam desacelerar a atividade econômica.

Sobra a impressão de que ao fazer jogo de cena com os empresários e ao baixar medidas de ataque aos sintomas, o governo quer passar a impressão de que atua para combater a carestia, sem abrir mão do saco de bondades eleitorais. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CARRINHO ESVAZIADO

VARIAÇÃO EM 12 MESES DOS PREÇOS
DOS ALIMENTOS PELO IPCA-15,
ATÉ FEV/2025, EM PORCENTAGEM



CAFÉ MOÍDO	60,1
TANGERINA	53,7
ABOBRINHA	47,1
LARANJA - LIMA	43,4
LIMÃO	29,9
ALHO	29,1
ACÉM	28,5
ÓLEO DE SOJA	24,9
PATINHO	24,3
LEITE LONGA VIDA	14,1

FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO